

Nº615 - MAR'26 - €1,50

R E V I S T A D A
A R M A D A



ESTALEIRO NAVAL JAIME COSTA
TRADIÇÃO E DEVOÇÃO



LISBOA | 24-26 JUN 2026

4.^{as} JORNADAS LUSO-ESPAÑHOLAS DE HIDROGRAFIA

O Instituto Hidrográfico, órgão da Marinha e Laboratório do Estado, e o Instituto Hidrográfico de la Mariña, da Armada Espanhola, têm a honra de anunciar a realização das **4.^{as} Jornadas Luso-Espanholas de Hidrografia**, que terão lugar nas instalações do Instituto Hidrográfico, em Lisboa, nos dias **24, 25 e 26 de junho de 2026**.

TEMAS

HIDROGRAFIA
CARTOGRAFIA
SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO
SERVIÇOS MARÍTIMOS
OCEANOGRAFIA
GEOLOGIA MARINHA
QUÍMICA DO MEIO MARINHO
POLUIÇÃO DO MAR
TECNOLOGIAS DO MAR
INFRAESTRUTURAS DE DADOS
GEOSPACIAIS MARINHOS
ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA
ECONOMIA AZUL
BIOLOGIA MARINHA
INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS
SUBMARINAS



Mais informações:
<https://www.hidrografico.pt/atividade/4jleh/>





SUMÁRIO

- 04 Navegando pela Palavra...
Dignidade (3)
- 05 Unidade de Apoio de Combate
Edificação e Consolidação
- 12 Modelos de Formação das Praças
Revisão e Harmonização
- 20 Guerra no Pacífico – Uma Tragédia Anunciada
- 21 Gentes, Monumentos e Acontecimentos (15)
- 26 Marinha e Arsenal do Alfeite
Acordo Plurianual (2026-2028)
- 27 Notícias | Convívios e Encontros
- 28 Desporto em Dia
- 30 Renovadas Histórias da Botica ~ 90
- 32 Vigia da História ~ 152
- 33 Quarto de Folga
- 34 Notícias Pessoais | Agenda Cultural
- 35 Memórias do Tejo
- CC Naus de Pedra em Lisboa

DESTAQUES

- 09 NRP *Luís de Camões*
"Assentamento da Quilha"
- 10 NATO *MARITIME GEOMETOC COE*
No apoio à transformação da NATO
- 16 Estaleiro Naval Jaime Costa
1. Tradição e Devoção

Capa

Vista aérea do Estaleiro Jaime Costa

Foto © Guta de Carvalho – All Rights Reserved

Diretor

CALM AN Nelson Alves Domingos

Subdiretora

CFR TSN – COM Ana Alexandra Gago de Brito

Designer Gráfica

STEN TSN (DSG) Mariana Gonçalves Lage

Secretária da Redação

SAJ L Aída Margarida Leigo

Administração, Redação e Edição

Revista da Armada – Edifício das Instalações
Centrais de Marinha – Rua do Arsenal
1149 – 001 Lisboa – Portugal
Telef. +351 211 593 251

Redação

revista.armada@marinha.pt

Secretaria/Assinaturas

ra.secretaria@marinha.pt
Telef. +351 211 593 251

Estatuto Editorial

[www.marinha.pt/pt/Serviços/Paginas/
revista-armada.aspx](http://www.marinha.pt/pt/Serviços/Paginas/revista-armada.aspx)

Paginação eletrónica e produção

AVCprint – Artes Gráficas
Rua dos Juncais nº 2-A
2665-241 Malveira
Telef. +351 219 750 561
(Chamada para rede fixa nacional)

Publicação Oficial da Marinha

Periodicidade mensal
Nº 615 / Ano LV
Março 2026

Tiragem média mensal

3250 exemplares

Revista registada na ERC

Registo nº 127719
Depósito legal nº 55737/92
ISSN 0870-9343

Propriedade

Marinha Portuguesa
NIPC 600012662



REVISTA DA
ARMADA

NAVEGANDO PELA PALAVRA...

Dignidade

3

«Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.»

Declaração Universal dos Direitos Humanos

«A dignidade do ser humano é inviolável. Deve ser respeitada e protegida.»

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

«Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.»

Constituição da República Portuguesa

Vasta é a anatomia da palavra dignidade, apenas interessando aqui a semântica que respeita ao ser humano, na sua essência. A título estritamente individual. Sendo sinónimo de humanidade, não pode ser retirada. Nem tão-pouco diminuída. Para os que nada têm, a dignidade constitui o derradeiro refúgio da alma. Porque todo o ser humano é uma alma única. Singular e irrepetível.

Contrariamente à ideia que ainda perpassa, a noção de que todo o ser humano tem uma dignidade não decorre qualquer privilégio, herança ou cargo. A universalidade da dignidade humana é bíblica. Uma inferência por ter sido feito à imagem de Deus (Gn 1, 26-27).

«Numerosas são as maravilhas da natureza mas de todas a maior é o homem» escreveu Sófocles (497-405 a.C.), o primeiro a dar testemunho sobre a questão. Volvidos dois milénios, Giovanni Pico della Mirandola (1463-1494) retomaria o tema na sua *Oratio*: «Entre as criaturas o homem é um interposto, descendente das superiores e, soberano das inferiores, de senso perspicaz, a sua razão ilumina o intelecto na interpretação da natureza [...] é o mais afortunado dos seres animados, o mais digno de admiração; na hierarquia do universo é invejado não só pelos ignorantes, mas também pelos astros e pelos espíritos». Mais tarde, William Shakespeare (1564-1616) também abordaria o tema em *Hamlet*: «Que obra-prima é o homem! Como é nobre na sua razão! Que capacidade infinita! Como é preciso e bem feito em forma e movimento! Um anjo na ação! Um Deus no entendimento, paradigma dos animais, maravilha do mundo.»

No entanto, só no século XVIII o filósofo Immanuel Kant (1724-1804) iria estabelecer as linhas em que assenta o conceito de dignidade humana, e que mais tarde estariam na base da Declaração Universal dos Direitos Humanos: «No reino dos fins, tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem preço, pode ser substituída por algo equivalente; por outro lado, a coisa que se acha acima de todo preço, e por isso não admite qualquer equivalência, compreende uma dignidade». Anteriormente, a digni-

dade era uma questão *ad-hoc* e segmentada. Decorria, em grande medida, do *status* social ditado pela ascendência, sendo igualmente enformada pela riqueza, pelas competências inatas ou até pelo desempenho laboral e artístico. Sendo uma questão assimétrica, aplicava-se tão somente aos dignitários. A cada qual sua dignidade, noção que os movimentos abolicionistas e dos direitos civis contribuiriam para revolucionar. Mau grado a contradição subjacente, a dignidade humana está ainda longe de ser um princípio verdadeiramente universal. Subsiste como uma *sã utopia*. Uma luta sem quartel que segue o seu curso.

Sejamos claros. Ainda que as suas atitudes possam ser indignas, as pessoas nunca perdem a sua dignidade. Nem tão-pouco há pessoas mais ou menos dignas. A dignidade humana é inalienável. É o princípio axial de toda e qualquer sociedade. Sem dignidade nada é sustentável. Não há cidadãos. Nem pátria. Tudo colapsa.

Se para Goethe (1749-1832) «a civilização é um exercício constante do respeito pelo divino, pela Terra, pelo nosso semelhante e, portanto, pela nossa própria dignidade», Montesquieu (1689-1755) optaria por ilustrar: «Se eu soubesse algo que me fosse útil, mas prejudicial à minha família, rejeitaria isso do meu espírito. Se eu soubesse algo de útil à minha família, mas não à minha pátria, procuraria esquecê-lo. E se eu soubesse algo de útil à minha pátria, mas prejudicial à Europa, ou então útil à Europa, mas prejudicial ao género humano, consideraria isso um crime». Atento à realidade que certamente o incomodava, Fernando Pessoa (1888-1935) reconheceu que «as chagas da dignidade nunca cicatrizam. Muitas vezes a dignidade proíbe o que a lei permite.»

Na senda da encíclica *Fratelli Tutti*, o Papa Francisco (1936-2025) aprovou a declaração *Dignitas infinita* (Dignidade infinita), relembrando as reiteradas violações da dignidade humana.

«Os clássicos, as ciências, mas também a beleza e a forma, existem para nobilitar o espírito, para permitir que os seres humanos descubram a sua dignidade suprema. Só quando os humanos honram as suas eternas questões é que podem ficar receptivos aos valores e significados sem os quais não existe dignidade humana. O que este mundo necessita acima de tudo é de uma ordem social que salvguarde a dignidade humana, que só pode tornar-se realidade através de um novo humanismo.»

Rob Riemen, *Nobreza de Espírito, Um Ideal Esquecido*



António Manuel Gonçalves

CFR

Antigo Comandante do NRP Sagres (2015-2017)



UNIDADE DE APOIO DE COMBATE

EDIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

HISTÓRICO E PROPÓSITO

A Unidade de Apoio de Combate (UAC) foi criada em 2024, na sequência da reestruturação do Corpo de Fuzileiros (CF), motivada pelo Despacho do Almirante Chefe de Estado-Maior da Armada n.º19/23 de 21 de março, a partir da reconversão do Batalhão de Fuzileiros n.º1 e agregando os efetivos da Força de Fuzileiros n.º3, à data na dependência do Batalhão de Fuzileiros n.º2. Mais do que uma simples edificação de uma nova unidade, tratou-se da atualização de um legado histórico, através da recuperação e modernização de capacidades de grande relevância outrora presentes na Companhia de Apoio de Fogos (CAF), na Companhia de Apoio de Transportes Táticos (CATT) e no Pelotão de Comunicações (PELCOM). Estas unidades, extintas em 2015, ganham nova vida sob um conceito revigorado por forma a responder a um ambiente operacional mais rápido, disperso e tecnologicamente exigente.

ORGANIZAÇÃO

A UAC está estruturada em duas subunidades, concebidas para operar de forma integrada, em apoio a Forças de Fuzileiros e Forças de Operações Especiais: o Destacamento de Apoio de Combate (DAC), responsável por gerar efeitos táticos diretos, e o Destacamento de Apoio de Serviços em Combate (DASC), que assegura a sustentação, a mobilidade e a regeneração das forças projetadas no terreno.

Esta organização permite integrar fogos, sensores, comunicações e apoio logístico numa estrutura capaz de responder com eficácia às exigências muito particulares que decorrem das operações anfíbias de cariz distribuído/disperso.

O DAC é composto por quatro Grupos de Combate, especializados nas capacidades de:

Morteiros (MORT)

Com o seu poder e cadência de fogo, flexibilidade, simplicidade e, tirando o melhor partido da natureza curva do tiro, as suas secções são capazes de bater alvos a longas distâncias sem necessidade de linha de vista desimpedida, garantindo um apoio de fogos preciso, mediante integração com os Observadores Avançados provenientes do Grupo de Reconhecimento;

Anticarro (ACAR)

O emprego de diversos sistemas de armas torna este grupo eficaz para a neutralização de ameaças motorizadas e blindadas. Por outro lado, a sua superior mobilidade confere-lhe uma vocação particular tanto no reforço das Forças de Fuzileiros em ações ofensivas, como na condução de escoltas táticas ou até constituindo-se como *Quick Reaction Force* (QRF);

Reconhecimento (RECON)

Equipas de baixo escalão e assinatura extremamente reduzida, capazes de serem projetados a partir de diversos meios, em vários ambientes. Este grupo especializa-se na recolha e disseminação de informações em território hostil, contribuindo para o esclarecimento do panorama situacional, sendo a sua ação essencial para o sucesso de qualquer missão;

Networking Warfare (NW)

Especialistas no domínio do espectro eletromagnético e cibernético, garantem capacidades de proteção cibernética, superioridade de comunicações e sistemas de informação, assegurando o Comando e Controlo (C2) das operações.



Por seu turno, o **DASC**, é composto por quatro componentes específicos:

Elemento de Apoio Logístico

Composto por equipas altamente especializadas, responsáveis pela realização de reabastecimentos táticos e apoio direto às forças no terreno - inclusive Forças Avançadas;

Elemento de Transportes Tático-Logísticos

Sucessor natural do Pelotão de Transportes Táticos da extinta CATT, agrega militares altamente treinados em condução tática de viaturas de todo-o-terreno e, numa perspetiva futura, capazes de operar sistemas logísticos *unmanned*;

Elemento de Manutenção de Equipamentos

Focado na reparação de material sensível e na regeneração operacional de equipamentos essenciais, incluindo os sistemas de informação e comunicação;

Elemento de Apoio Médico

Assegura apoio médico flexível e de emergência às Forças de Fuzileiros em operações.

O PRIMEIRO ANO OPERACIONAL: 2024/2025

De setembro de 2024 a setembro de 2025, a UAC cumpriu o seu primeiro ciclo anual completo como estrutura plenamente consolidada no Corpo de Fuzileiros. Ao longo do ano, a Unidade definiu e assegurou elevados níveis de prontidão, padronizou Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP), integrou novos militares, qualificou as suas equipas e consoli-

dou a interoperabilidade entre o DAC e o DASC, num quadro de operações distribuídas.

Este esforço materializou-se tanto na validação interna, através de exercícios progressivamente exigentes, como na participação em atividades operacionais e institucionais de maior amplitude, incluindo a presença destacada nos exercícios REPMUS/*DYNAMIC MESSENGER* 24/25, INSTREX 25 e nas várias edições do exercício *Counter-Unmanned Aerial Systems* (C-UAS), bem como o empenhamento em missões internacionais como a Força de Fuzileiros Lituânia 2025, mantendo sempre o foco na eficiência, disciplina e rigor técnico que caracterizam a UAC.

De igual modo, os militares da UAC contribuíram, ainda, para exercícios conjuntos e/ou combinados de elevada relevância estratégica, designadamente o ORION, no âmbito do *European Battlegroup*, o Exercício CARPATOS, no quadro da Companhia Geral CIMIC, e o Exercício GOLDEN ALBATROSS, conduzido pela Unidade Nacional de Verificações (UNAVE).

No que respeita às atividades de cerimonial, os militares da UAC distinguiram-se na preparação e execução de um TATTOO militar por ocasião das comemorações do Dia da Marinha e da constituição de Forças Motorizadas, tanto para as comemorações do Dia da Marinha como do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, que muito contribuíram para a cultura, coesão e sentimento de pertença à unidade.

No plano interno, o ano operacional abriu com o *Field Training Exercise (FTX) UAC 24-1*, realizado entre 4 e 15 de novembro de 2024, no Campo de Tiro de Alcochete, naquele que foi o primeiro grande teste ao Estado da Arte do Apoio de Combate. Assim, durante duas semanas, testaram-se as TTP ao nível de Grupo de Combate, integrando capacidades de Morteiros, Anticarro e





Reconhecimento, assegurando o apoio direto do DASC. O cenário de treino incluiu a projeção por águas interiores com recurso a botes, um movimento apeado de cerca de 21km, o estabelecimento de Bases de Apoio de Fogos com simulação de tiro de morteiro, segurança e deslocação nas configurações apeada e motorizada, bem como infiltração por intermédio de aeronave de asa fixa *Lynx* e retração por EH 101, garantindo a exploração do vetor aéreo nas Operações Anfíbias. Por seu turno, a componente de NW assegurou a edificação do Posto de Comando e garantiu comunicações para além da linha de vista, preservando a influência sobre as ações no terreno e testando, em cenário realista, a coesão entre o ciclo de decisão e a execução tática. A soma destes fatores cimentou a confiança nas equipas, permitiu identificar o grau de proficiência e, consequentemente, a elaboração de um Plano de Treino adequado, viabilizando, ainda, a tónica que se mantém: a clara opção por exercícios do tipo LIVEX com Grupos de Apoio de Combate em oposição direta, apoiados por Equipas Logísticas do DASC, simulando uma tipologia de conflito *peer to peer*.

No decorrer do ano operacional 2024/2025 foram ainda realizadas duas edições de Exercícios de Tiro (**TIREX 24-2** e **TIREX 25-1**), naturalmente focados na execução de tiro com armamento orgânico, mas também no desenvolvimento de proficiência com a nova arma primária: Espingarda automática HK416. Estes exercícios técnicos foram complementados com várias Instruções Operacionais (IOP), em que os grupos de combate foram desafiados a solucionar problemas táticos, planeando, preparando e executando operações em ciclos curtos e extremamente intensos. Finalmente, foi realizado de 17 a 28 de fevereiro de 2025 mais um exercício tipo FTX (**FTX UAC 25-1**), em tudo similar ao primeiro, mas já com uma evolução visível ao nível das TTP nas áreas específicas.

ANO OPERACIONAL 2025/2026, ATÉ AO MOMENTO

O ano operacional 2025/2026 foi planeado com base nas Lições Identificadas no ano operacional transato. Assim, iniciou com dois exercícios de integração de novos elementos, nomeadamente: **IOP Basic Skills**, que reforçou as competências basilares do Fuzileiro, com particular incidência nas Comunicações, Navegação Terrestre diurna e noturna em ambiente degradado, **Tactical Combat Casualty Care** (TCCC), **Survival, Evasion, Resistance and Escape** (SERE) e Técnica Individual do Combatente/Técnica da Unidade de Combate (TIC/TUC), com ênfase na liderança, na sucção de comando e nos automatismos ao nível de equipa e secção; e o **TIREX UAC 25-2** que se centrou no aperfeiçoamento do tiro diurno e noturno, com séries intensivas que trabalharam a espingarda automática HK416 e a pistola Glock17, complementadas pelo domínio da metralhadora MG3 e pelo emprego do sistema Carl Gustaf. Paralelamente, o Grupo de Reconhecimento aprofundou o treino dos atiradores designados, refinando a capacidade do apoio de fogos de precisão.

TERMINAR 2025 EM GRANDE...



Realizado entre 2 e 12 de dezembro de 2025, no Campo de Tiro de Alcochete (CTALC), o **FTX UAC 25-2** constituiu o mais exigente teste às capacidades da UAC, até à data. Neste exercício foram projetados, por intermédio de aeronaves de asa fixa, *Lynx* e EH 101, dois Grupos de Combate (RED e GREEN), integrando Morteiros, Anticarro e Reconhecimen-



to, com sustentação inicial para 48 horas, apoiados pelas Equipas Logísticas do DASC e por Destacamentos da Unidade X-31. O Posto de Comando foi estabelecido primeiramente no CF e depois transferido para o Campo de Tiro de Alcochete, tendo sido edificado com recurso às capacidades do grupo de NW, assegurando comunicações e C2 robustos em todo o exercício.

Os cenários modelados pelo *Exercise Control* (EXCON), em conjugação com as ordens emitidas, permitiram aos Grupos planear e executar patrulhas de reconhecimento, golpes de mão, emboscadas, ataques inopinados, roturas e movimentos para o contacto, extração sob pressão (*hot extraction*), bem como a exploração de informação crítica através de *tactical questioning* ou, no reverso, pela colocação em prática da *cover story* e procedimentos de resistência a interrogatório. Ademais, foram, de forma extensiva, injetados incidentes por forma a testar a sucessão de comando, planos de contingência, critérios *go/no go* e procedimentos de autenticação.

O grupo de NW testou novos equipamentos de comunicações, assegurando ligações *beyond line of sight* em ambiente contestado. No domínio logístico, o DASC executou reabastecimentos táticos em modalidades *unmanned*, *drop* e *link up*, conduziu manobras TT com viaturas pesadas, médias e ligeiras, montou e operou uma *Combat Service Support Area* (CSSA) durante 10 dias e garantiu manutenção preventiva e corretiva. A vertente médica estabeleceu um Posto Avançado de Saúde com capacidade próxima de ROLE I, participando ativamente no jogo tático.



GLOSSÁRIO

CAF

Companhia de Apoio de Fogos

CATT

Companhia de Apoio de Transportes Táticos

DAC

Destacamento de Apoio de Combate

DASC

Destacamento de Apoio de Serviços em Combate

PELCOM

Pelotão de Comunicações

TTP

Técnicas, Táticas e Procedimentos

UAC

Unidade de Apoio de Combate

WAY AHEAD

O desenvolvimento futuro da Unidade de Apoio de Combate assentará na continuidade do treino orientado para cenários de conflito *peer to peer* e operações distribuídas, mantendo o apoio direto a Forças de Fuzileiros e a Forças de Operações Especiais como referência central. Paralelamente, a Unidade continuará a integrar, testar e validar as viaturas, sistemas de armas e equipamentos previstos no âmbito do processo de reequipamento do Corpo de Fuzileiros, assegurando a sua incorporação progressiva nas Táticas, Técnicas e Procedimentos e no treino em ambiente realista. No domínio tecnológico, será reforçada a aposta em sistemas *unmanned*, quer através do desenvolvimento de soluções específicas para cada Grupo de Combate, quer pela integração de *drones* diferenciados de *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* (ISR) e de Ataque, adequadas à função de apoio de combate. Finalmente, a evolução da UAC passará, previsivelmente, por um aprofundamento da capacidade de exploração da informação, com o reforço das capacidades ISR *unmanned*, a integração gradual de Inteligência Artificial *on the edge*, o alargamento das equipas de Guerra Eletromagnética e o estabelecimento de equipas dedicadas na área cibernética, consolidando a capacidade de comando, controlo e apoio às operações em ambientes cada vez mais contestados.



Colaboração do **CORPO DE FUZILEIROS**



NRP *LUÍS DE CAMÕES*

“ASSENTAMENTO DA QUILHA”

Após o trabalho de desenvolvimento na Direção de Navios de um conceito de navio Reabastecedor de Esquadra com Capacidades Logísticas Acrescidas (NRE+), que decorreu entre 2019 e 2023, foi possível dar seguimento ao correspondente processo concursal. Este desenrolou-se durante 2024, tendo o contrato de construção sido assinado em 17 de dezembro do mesmo ano entre a Marinha Portuguesa e a STM, que entrou em vigor em 10 de abril de 2025.

Iniciou-se então o desenvolvimento do projeto e construção dos navios, por parte da STM, sediada em Istambul, prevendo-se que o projeto seja concluído em cerca de 24 meses. Os trabalhos encontram-se a decorrer com o acompanhamento de uma equipa da Marinha, sendo que a fase de projeto básico decorreu de abril a novembro de 2025.

Durante o mês de novembro de 2025 foram realizados os testes hidrodinâmicos de resistência e propulsão do modelo em tanque, na empresa *MARITIME ADVANCED RESEARCH CENTRE* (CTO S.A.), localizada em Gdansk na Polónia, com a presença da Equipa de Acompanhamento e Fiscalização dos NRE+ e da STM.

A construção do primeiro navio, iniciou-se oficialmente em 14 de novembro de 2025, com a cerimónia de corte simbólico da primeira chapa do NRP *Luís de Camões*, o primeiro dos dois NRE+. A cerimónia teve como representantes o Diretor de Navios e o Presidente da SSB – Agência das Indústrias de Defesa da Turquia.

No passado dia 29 de janeiro, ocorreu a cerimónia de “assentamento da quilha” do NRP *Luís de Camões*, que teve lugar no estaleiro *ADA SHIPYARD* localizado em Tuzla, Istambul, local de construção dos novos navios. A cerimónia contou com a presença do Ministro da Defesa de Portugal, o seu homólogo da Turquia, o Presidente da Agência das Indústrias de Defesa da Turquia e do Almirante CEMA e AMN.

Está prevista para junho de 2026 a cerimónia de corte simbólico da primeira chapa do segundo NRE+, o NRP *D. Dinis*.



MISSÃO E FUNÇÕES

Os novos NRE+, têm como missão aumentar a capacidade da esquadra e garantir o apoio logístico sustentado em operações militares nacionais e internacionais, bem como em missões de interesse público. Entre as suas principais funções destacam-se o transporte e reabastecimento no mar de Unidades Navais com combustível para navios e aeronaves, água potável, carga sólida geral e munições, além de oferecer apoio logístico diversificado.

Destaca-se ainda o transporte de viaturas de assalto ligeiras e seu embarque/desembarque com rampa *Roll-On/Roll-Off*, o transporte de carga contentorizada e modular (tipo paletes) num Compartimento de Carga Multimissão (CCM) reconfigurável.

Possuem também a capacidade de transporte de até seis contentores de vinte pés e duas embarcações semirrígidas. Em termos de aéreos, estes navios permitirão operações (aterragem/descolagem/VERTREP) de helicópteros até ao EH-101 Merlin, e ainda de veículos não tripulados aéreos. O NRE+ é dotado de um hangar dedicado para os Veículos Não-Tripulados (VENT).

CARACTERÍSTICAS

Com 137 metros de comprimento e um deslocamento de cerca de 11.000 toneladas, estas unidades navais atingem uma velocidade máxima superior a 18 nós e contam com propulsão híbrida, combinando sistemas diesel e elétricos.

A guarnição será composta por 50 militares, dispondo ainda de alojamento extra para mais 50 elementos e capacidade temporária para mais de 100 pessoas, garantindo flexibilidade para diferentes tipos de missões. A entrega do NRP *Luís de Camões* está prevista para abril de 2028, enquanto o segundo navio, NRP *D. Dinis*, deverá ser entregue em dezembro do mesmo ano.



Colaboração da
EQUIPA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS NRE+



NATO MARITIME GEOMETOC COE

NO APOIO À TRANSFORMAÇÃO DA NATO

Na sequência do artigo publicado na Revista da Armada, N.º 577, de setembro/outubro de 2022, e decorridos cerca de quatro anos desde a sua edificação e acreditação, o presente artigo tem como objetivo dar a conhecer a atividade desenvolvida pelo NATO Maritime Geospatial, Meteorological & Oceanographic Centre of Excellence (Maritime GEOMETOC COE) em apoio à transformação da NATO, de onde tem resultado prestígio e credibilidade para as Forças Armadas Portuguesas.

EDIFICAÇÃO E ACREDITAÇÃO

Localizado no Instituto Hidrográfico (IH), em Lisboa, o Maritime GEOMETOC COE é um centro multinacional que vem reforçando a capacidade da Aliança para compreender e operar no domínio marítimo. O Centro foi oficialmente acreditado pela NATO como o 28.º Centro de Excelência em 26 de agosto de 2021, alicerçado na reconhecida capacidade geoespacial e meteo-oceanográfica do IH no apoio às operações navais, tendo como missão principal a transformação da Aliança no domínio GEOMETOC. Atualmente, os países participantes são Portugal (nação-quadro), Roménia, Espanha e Turquia.

Ao contribuir para o desenvolvimento das competências geoespaciais, meteorológicas e oceanográficas, o COE promove a utilização integrada e interoperável de informação ambiental¹, essencial ao reforço do conhecimento situacional e à tomada de decisão no planeamento, na execução e sustentação de operações marítimas. As atividades desenvolvidas com a NATO, nações parceiras, indústria e academia têm contribuído para o reconhecimento internacional deste

Centro como um polo de inovação e excelência no desenvolvimento de conceitos, doutrina, *standards* e manuais, na condução de exercícios e atividades de experimentação, nos processos de análise e lições apreendidas, bem como em ações de educação e treino, entre outras iniciativas, das quais as mais relevantes são descritas nos parágrafos seguintes.

O APOIO À TRANSFORMAÇÃO DA NATO

O exercício *Robotic Experimentation and Prototyping with Maritime Unmanned Systems* (REPMUS) é um evento multinacional anual de experimentação operacional de grande escala, liderado pela Marinha Portuguesa. Focado no desenvolvimento de capacidades e na promoção da interoperabilidade de Sistemas Marítimos Não Tripulados (MUS no acrónimo em inglês), bem como de outras tecnologias emergentes e disruptivas em ambiente marítimo multidomínio, o exercício reúne a comunidade operacional, academia e indústria, com vista ao desenvolvimento e teste de conceitos operacionais, avanços tecnológicos e novas capacidades em sensores, atuadores, comando, controlo e comunicações, bem como de táticas e procedimentos associados aos MUS.

O COE participa neste exercício através da coordenação do sindicato de *Rapid Environmental Assessment* (REA), contribuindo para o incremento da informação GEOMETOC do exercício desde as fases de planeamento até à execução operacional, apoiando entidades parceiras na avaliação e desenvolvimento de novos MUS destinados à execução de ações de avaliação ambiental e validando operacionalmente a doutrina NATO de REA em revisão.





Enquanto entidade responsável pela reestruturação da publicação ATP-32 “NATO Military Oceanographic and Rapid Environmental Assessment Support Procedures”, o COE está a criar uma publicação autónoma, sob sua custódia, dedicada aos Procedimentos de Apoio REA, enquanto o Manual de Apoio à Oceanografia Militar dará origem à publicação AMETOCP-1, sob custódia de Portugal. O Centro coordena equipas multidisciplinares para rever o ATP-32 e criar o AMETOCP-1, com o objetivo de obter a aprovação simultânea de ambos os documentos em 2027.

O exercício **Dynamic Messenger** (DYMS) é um exercício bienal da NATO, realizado em articulação com o exercício REPMUS, focado na integração operacional de MUS nas forças navais Aliadas. Na qualidade de coordenador das atividades de REA, o COE colabora com o Quartel-General do Comando Marítimo (HQ MARCOM no acrónimo em inglês) na melhoria da *Recognised Environmental Picture*, através da integração dos dados adquiridos e processados em apoio às atividades conduzidas durante o período de sobreposição entre os exercícios REPMUS e DYMS.

O COE está envolvido na iniciativa **Federated Mission Networking** (FMN) através do sindicato FMN GEOMETOC, no qual lidera a equipa FMN METOC, responsável pela definição de normas e requisitos para a partilha de dados METOC², bem como através da participação na *Space Weather Tiger Team* (SWx TT). Esta iniciativa visa promover e orientar as nações aliadas e parceiras para que adotem normas de interoperabilidade e desenvolvam as suas capacidades de acordo com um plano comum, sincronizado no tempo. Os requisitos dos sistemas FMN são, entre outros mecanismos, validados no exercício CWIX.

O Centro iniciou a sua participação no **NATO Coalition Warrior Interoperability Exercise** (CWIX) em 2023, integrado na delegação portuguesa, na qualidade de observador. Atualmente, o *Maritime* GEOMETOC COE exerce a coliderança da GEOMETOC *Focus Area*, em apoio à Áustria enquanto nação líder, e contribui com capacidades próprias, com particular enfoque na exploração de um serviço *web* de catálogo, capaz de federar os catálogos apresentados pelas nações presentes no exercício, assegurando a partilha de informação GEOMETOC. Adicionalmente, e em colaboração com um parceiro da indústria, o Centro participa com uma capacidade desenvolvida no âmbito dos exercícios REPMUS e DYMS, destinada à visualização e ao acesso a dados GEOMETOC resultantes das atividades de REA.

O COE participa também no exercício multinacional bienal de experimentação operacional **ROU OPEX (DACIA)**, organizado pelas Forças Navais Romenas em Constança/Mangália, na parte ocidental do Mar Negro. O exercício visa proporcionar treino ao longo de todo o espectro da guerra naval, contribuindo para o reforço da segurança marítima na região, com especial enfoque na guerra de minas, guerra antissubmarina, proteção de infraestruturas submarinas e REA. O Centro apoia a Marinha Romena na coordenação do sindicato REA, na preparação do planeamento REA, no Comando e Controlo das séries de exercícios REA e na avaliação tecnológica associada.

Ao longo de vários anos, através da integração de um oficial no *staff*, o Centro prestou apoio METOC à STRIKFORNATO, nomeadamente nas edições anuais dos exercícios *Neptune Strike* e *Steadfast Defender*, bem como à Força Aérea Portuguesa, designadamente no exercício *Real Thaw*. Embora esta não seja a missão principal de um COE, este tipo de **apoio operacional** pode ocorrer pontualmente.



O COE presta igualmente apoio especializado ao desenvolvimento da **doutrina da NATO**, tendo contribuído recentemente para as publicações AMETOCP-3.3 (*Formato de Ficheiros e Dados METOC*), AMETOCP-4 (*Manual de Códigos METOC*), AMETOCP-5 (*Manual de Apoio SWx*) e para as especificações de produtos de dados do *Amphibious Operations Graphic*. Paralelamente, tem participado ultimamente no desenvolvimento do AJP-3.29 (*Operações Espaciais*) e do AJP-3.11 (*Apoio METOC às Forças Conjuntas*), bem como acompanhado a revisão do AJP-3.17 (*Apoio Geoespacial*).

O Centro assume um papel ativo na organização de **reuniões técnicas** chave da NATO. Após a realização, em 2024, dos painéis técnicos de Meteorologia Militar (MILMET) e Oceanografia Militar (MILOC), o COE acolheu, em 2025, em Lisboa, o painel técnico de Meteorologia Espacial (MILSWx), o Grupo de Trabalho do *Allied Command Operations* para a Partilha de Informação METOC e um *workshop* relativo ao Apoio METOC às Forças Conjuntas. No corrente ano, o *Maritime* GEOMETOC COE assegurou já a organização de eventos de relevo, destacando-se o *workshop* sobre Direito do Mar Operacional e o Grupo de Trabalho METOC do Comité Militar da NATO, que, pela primeira vez, realizará a sua reunião anual fora do Quartel-General em Bruxelas, reforçando ainda mais o papel deste Centro como polo de referência da NATO no domínio ambiental marítimo.

No âmbito da educação e treino, o Centro ministra atualmente o **REA Support to Maritime Operations Course** e, em conjunto com os Aliados, passará a acolher anualmente, a partir de 2026, o **NATO METOC Tactical Operators Course** e o **NATO Military Oceanography Course**.

Através destas e de outras iniciativas, como a docência e mentoria na **NATO School Oberammergau**, na Alemanha, no âmbito dos **NATO Geospatial & METOC Orientation Courses**, bem como a disponibilização aos Aliados de um **REA Data Hub Handbook**, o *Maritime* GEOMETOC COE continuará a fortalecer as capacidades operacionais marítimas da NATO, contribuindo para a eficácia e eficiência da missão em ambientes multidomínio cada vez mais complexos e desafiantes.



Colaboração do **NATO MARITIME GEOMETOC CENTRE OF EXCELLENCE**

Notas

¹ Informação ambiental compreende informação geoespacial, meteorológica (incluindo a meteorologia espacial) e oceanográfica.

² Meteorological & Oceanographic.

MODELOS DE FORMAÇÃO DAS PRAÇAS

REVISÃO E HARMONIZAÇÃO

REORGANIZAÇÃO DAS CLASSES DE PRAÇAS EM REGIME DE CONTRATO

Decorrente da determinação do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional (CEMA e AMN), veiculada na Diretiva Estratégica da Marinha 2022 e no seu despacho n.º 11/23, de 16 de fevereiro (classes na categoria de praças em Regime de Contrato), concretizou-se em 2023 uma redução do número de classes na categoria de praças, com o intuito de se implementar uma diferenciação com o recurso a especializações ao longo da carreira, tendo sido criada, para o efeito, a classe de Serviço Naval (SN), que compreende 13 subclasses – Operações (SNOP), Comunicações (SNC), Técnicos de Armamento (SNTA), Eletromecânicos (SNEM), Administrativos (SNL), Taifa – Cozinheiros (SNTFH), Despenseiros (SNTFD), Padeiros (SNTFP), Manobras (SNM), Informáticos (SNINF), Condutores Mecânicos de Automóveis (SNV), Técnicos de Infraestruturas (SNTI) e Polícia Naval (SNPN).

A partir desse momento, as novas admissões de praças em Regime de Contrato (RC) passaram a realizar-se apenas nas classes de Fuzileiros, Mergulhadores e Serviço Naval, podendo os militares, neste último caso, deter uma subclasse de origem e obter uma especialização futura correspondente a outras subclasses, frequentando, para o efeito, um curso de especialização.

REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

No âmbito da valorização da carreira militar e das Forças Armadas, o Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar (PAPSM) constitui-se, desde 2019, como um instrumento dirigido às várias estruturas da Defesa Nacional (DN) com o objetivo de consolidar e promover o modelo de profissionalização do serviço militar. Este materializa-se não só através da valorização da profissão, como também do recrutamento de pessoal, da retenção dos efetivos nas fileiras ou da sua reintegração na sociedade civil após a conclusão do contrato.

Neste plano, que assenta em três eixos estratégicos – **recrutar, reter e reinserir** –, a área da Formação e da Qualificação, embora transversal, encontra-se, sobretudo associada à retenção, salientando-se neste domínio de intervenção a medida: “alinhar a formação profissional ministrada pelas Forças Armadas com o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) e/ou, no caso das profissões regulamentadas, com os requisitos nacionais e internacionais exigidos pelas respetivas entidades certificadoras”. Desta medida surge, pelo Despacho n.º 48/MDN/2023, da Ministra da Defesa Nacional, de 17 de julho, a Estratégia para o Alinhamento das Qualificações da Defesa Nacional 2023-2025 (EAQ Defesa), que estabelece o objetivo de que “toda a formação profissional ministrada no seio da Defesa Nacional seja qualificante, conferindo ou contribuindo para a obtenção de um nível de qualificação do Quadro





Nacional de Qualificações e/ou para a obtenção de um Título Profissional”.

No quadro da EAQ Defesa 2023-2025 foram estabelecidos dois Objetivos Estratégicos (OE), designadamente o de “alinhar os referenciais de formação de nível não superior da DN com os requisitos do C[atálogo] N[acional de] Q[ualificações]” (OE1) e o de “alinhar os referenciais de formação da DN com os requisitos exigidos pelas autoridades competentes para cada setor de atividade” (OE2).

Refira-se que o artigo 246 do Decreto-lei n.º 90/2015, de 29 de maio (Estatuto dos Militares das Forças Armadas – EMFAR) já prevê o ingresso na categoria de Praça – no posto de Primeiro-Marinheiro, após curso ou estágio técnico-profissional adequado – para militares ou civis habilitados com o Nível 4 de qualificação (ao nível do 12.º Ano de escolaridade). Já o Decreto-lei n.º 76/2018, de 11 de outubro (Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Diferentes Regimes de Contrato e no Regime de Voluntariado), estabelece que “Os ramos das Forças Armadas, em colaboração com a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), criam as condições necessárias para que os militares em RC e RCE¹ frequentem um processo formativo que permita a elevação das qualificações escolares ou profissionais conducentes à obtenção de, pelo menos, o nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações”.

NOVOS MODELOS DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS

Até que os modelos de formação destinados à categoria de praças se encontrassem aprovados pelo Almirante CEMA e AMN, vigoraram, a título transitório, os percursos formativos das 1.ª e 2.ª incorporações de 2023, através dos quais os militares ingressaram na Marinha com uma classe/subclasse previamente atribuída (por for-

ma a não defraudar as expectativas criadas aquando da respetiva admissão), tendo a sua formação técnica sido direcionada para o conteúdo funcional da respetiva classe/subclasse.

O percurso formativo da 1.ª incorporação de 2023 (janeiro), que abrangeu 40 militares de 10 subclasses de SN, incluiu a recruta (CFB01), a componente de formação comum (CFP20) e dois blocos de formação específica (técnica) de cada subclasse, num total de 8 meses e meio de formação, acrescidos de um estágio de 210 horas. Após um período de serviço inicial com uma duração de 2 a 3 anos, deveria seguir-se a segunda fase de formação, com a frequência de um bloco de formação técnica, com a duração de 300 horas (aproximadamente 2 meses) e, por fim, o Curso de Promoção a Marinheiro (CPM01).

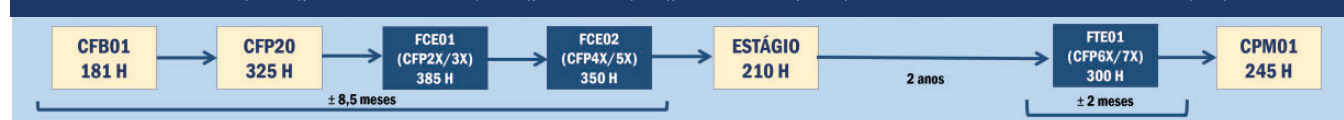
A 2.ª incorporação de 2023 (junho), que abrangeu militares de 5 subclasses do SN, reduziu a formação técnica específica a apenas um bloco, encurtando, assim, para 6 meses a formação inicial – também acrescida de um estágio de 210 horas. A segunda fase de formação destes militares passa, então, a incluir a frequência de dois blocos de formação técnica, com a duração de 650 horas (aproximadamente 4 meses e meio), bem como o Curso de Promoção a Marinheiro.

A classe de Fuzileiros constituiu-se, aqui, como uma exceção, pois entendeu-se ser necessário a inclusão, na 1.ª fase, de um segundo módulo de formação específica, passando o CFP20 a ser ministrado na 2.ª fase.

Em 17 de julho de 2023, por despacho do Almirante CEMA e AMN, exarado na Proposta n.º 105/DIVORG, do Estado-Maior da Armada, com a mesma data, foram aprovados os dois modelos de formação atualmente em vigor para a categoria de praças, a que se seguiu a aprovação dos respetivos Perfis Profissionais.

PERCURSO FORMATIVO | 1ª INCORPORAÇÃO 2023

SERVIÇO NAVAL – SUBCLASSES DE COMUNICAÇÕES (SNC), OPERAÇÕES (SNOP), TÉCNICOS DE ARMAMENTO (SNTA), ELETROMECAÑICOS (SNEM), ADMINISTRATIVOS (SNL) TAIFA COZINHEIROS (SNTFH), TAIFA DESPENSEIROS (SNTFD), MANOBRAS (SNM), INFORMÁTICOS (SNINF) E CONDUTORES MECÂNICOS DE AUTOMÓVEIS (SNV)



Formação obrigatória (comum) que contribui para a QN4 do CNQ

Percurso formativo da 1.ª incorporação de 2023

PERCURSO FORMATIVO | 2ª INCORPORAÇÃO 2023

FUZILEIROS



Formação obrigatória (comum) que contribui para a QN4 do CNQ

Percurso formativo da 2.ª incorporação de 2023

Os modelos de formação em apreço encontram-se alicerçados nas premissas de que a formação inicial (**Fase 1**) deverá ter uma duração não superior a seis meses (acrescidos de um estágio) e de que o remanescente da formação técnica (**Fase 2**) será ministrado dois a três anos após o início da prestação de serviço efetivo, seguindo-se, no final de cada um dos percursos, a frequência do Curso de Promoção a Marinheiro (CPM01). Só a frequência deste curso – além de constituir, por si só, um requisito – permite a acumulação de horas de formação certificada suficientes para – juntamente com a equivalência académica ao 12.º Ano de escolaridade – se obter a qualificação de nível 4 de “Técnico/a Militar Naval”² para ingresso nos Quadros Permanentes (QP).

Foi, ainda, estabelecido que as praças das subclasses destinadas a embarque tivessem uma formação inicial generalista que possibilitasse o seu emprego flexível por parte da Direção de Pessoal (DP) e das Unidades de destino, de acordo com as necessidades de preenchimento das áreas técnicas mais deficitárias.

Foram, assim, estabelecidos dois modelos de formação divergentes no racional subjacente à gestão do pessoal:

- **Modelo de Formação A**, destinado aos militares que ingressam na Marinha numa classe/subclasse específica face à natureza das funções a exercer: classes de Mergulhadores (U), Fuzileiros (FZ) e SN – subclasses de Informáticos (SNINF), Condutores Mecânicos de Automóveis (SNV), Técnicos de Infraestruturas (SNTI) e Polícia Naval (SNPN)³;
- **Modelo de Formação B**, englobando as subclasses “embarcáveis” do SN: Operações (SNOP), Comunicações (SNC), Técnicos de Armamento (SNTA), Eletromecânicos (SNEM), Administrativos (SNL), Taifa – Cozinheiros (SNTFH), Despenseiros (SNTFD) e Padeiros (SNTFP), e Manobras (SNM).

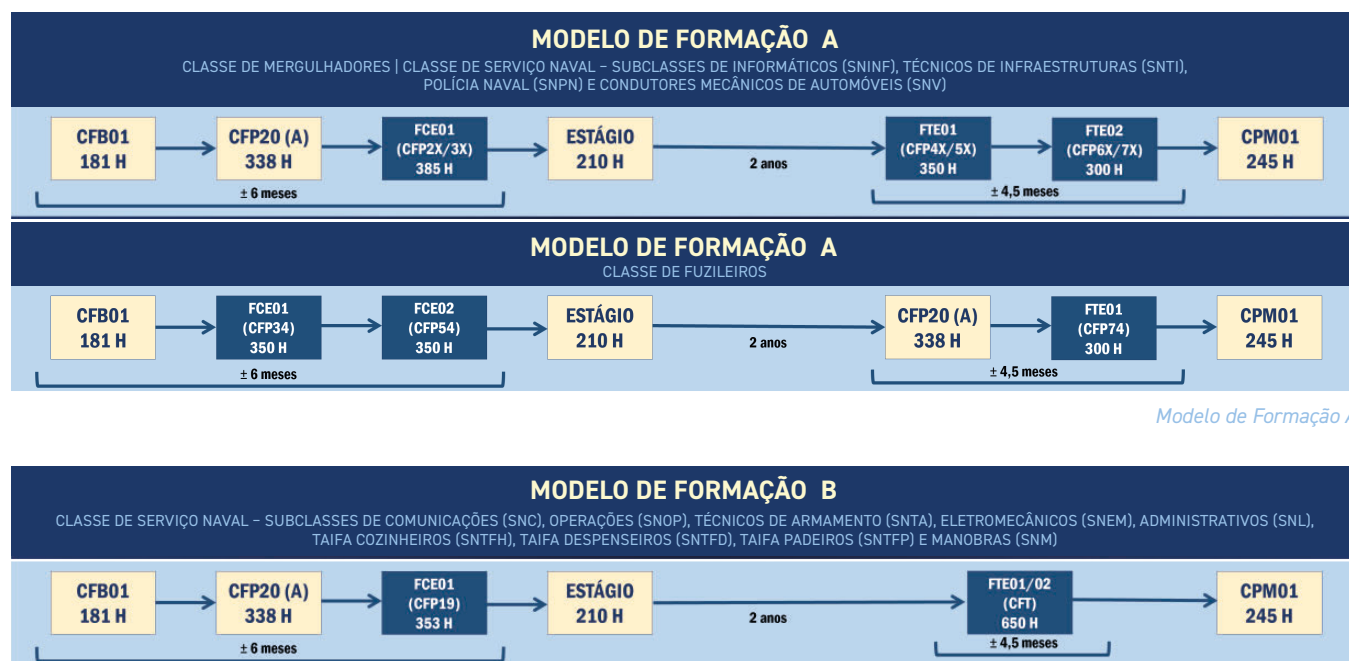
O percurso formativo inicial dos militares integrados no **Modelo de Formação A**, atualmente em vigor, compreende a recruta (CFB01), a componente de formação comum (CFP20) e a formação complementar específica inerente à subclasse – no caso dos Fuzileiros, o CFP20 foi substituído por formação complementar específica adicional –, com uma duração total de 6 meses, acrescidos de um estágio de 210 horas. A segunda fase da formação destes militares inclui a frequência de dois blocos de formação técnica, com a duração de 650 horas (aproximadamente 4 meses e meio) – no caso dos Fuzileiros, incluirá o CFP20 e um bloco de formação técnica, com a duração de 638 horas –, bem como o Curso de Promoção a Marinheiro.

Já no **Modelo de Formação B**, os militares incorporados na classe de SN, não tendo subclasse previamente atribuída, frequentavam, na fase inicial, a recruta (CFB01), a componente de formação comum (CFP20) e uma formação complementar semi-específica (CFP19) – abrangendo a generalidade das áreas técnicas de bordo –, com uma duração total de 6 meses, acrescidos de um estágio de 210 horas. Para a segunda fase ficaria a frequência de um bloco de formação técnica (CFT), com a duração de 650 horas (aproximadamente 4 meses e meio), a que se seguiria o Curso de Promoção a Marinheiro.

E foram estes os modelos que vigoraram até à 4.ª incorporação (novembro) de 2024.

A REVISÃO DOS NOVOS MODELOS DE FORMAÇÃO

Apesar das inequívocas vantagens do **Modelo de Formação B** – de que se destacam a rápida disponibilização de pessoal para embarque (ao fim de 6 meses) e a flexibilidade, quer por parte da DP na colocação do pessoal nas unidades navais, quer por parte destas na gestão do pessoal a bordo –, identificaram-se algumas desvantagens com impacto significativo para a organização e para estes militares, designadamente:



Modelo de Formação A

Modelo de Formação B



MODELO DE FORMAÇÃO A + B | PROPOSTA HARMONIZAÇÃO

CLASSES DE MERGULHADORES, FUZILEIROS E SERVIÇO NAVAL (SN) - SUBCLASSES C/OP/TA/EM/L/TFH/TFD/TFP/M/V/INF/TI/PN



- Formação inicial incipiente em relação às especificidades de cada subclasse – com grandes lacunas nalgumas áreas técnicas, como a da Logística;
- Atribuição tardia de subclasse (Fase 2), podendo gerar insegurança e fazer gorar as expetativas dos militares quanto ao futuro na Marinha (com impacto negativo no recrutamento);
- Necessidade de interrupção das comissões para frequência da formação técnica complementar;
- Maior dificuldade no completamento do percurso formativo para obtenção do Nível 4 de qualificação e ingresso nos QP, com impacto negativo na retenção destes militares.

Após a análise de algumas alternativas, foi superiormen-te decidido que este modelo concentrasse toda a formação específica/técnica na primeira fase da formação, que pas-saria de 6 meses para 8 meses e meio, seguido de estágio nas unidades de colocação. Em falta, ficaria apenas o Curso de Promoção a Marinheiro (CPM), que, com a duração de mês e meio, seria mais facilmente – e com maior flexibili-dade – cumprido durante o tempo de duração do contrato. O novo modelo – com aplicação imediata à 1.ª incorporação de 2025 (março) – foi aprovado por despacho do Almirante CEMA e AMN de 5 de junho de 2025 exarado sobre a Pro-posta n.º 047/RTF, da Direção de Formação, de 4 de junho de 2025.

Tornou-se, entretanto, necessário completar a formação de todas as incorporações anteriores (de janeiro de 2023 a novembro de 2024), processo iniciado em julho de 2025 e a decorrer em simultâneo com o novo modelo. Este processo de transição que exigirá um esforço adicional por parte da Escola de Tecnologias Navais (ETNA), decorrerá, previsivel-mente, até agosto de 2027.

Outra preocupação relativa aos militares destas incorpo-rações é a da respetiva qualificação de Nível 4, uma vez que foram iniciadas antes da inclusão da categoria de “Técni-co/a Militar Naval” no CNQ. Esta qualificação terá de ser feita através do estabelecimento de um mecanismo de Re-conhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) pelo Centro Qualifica da Defesa, com o qual a Di-reção de Formação (DF) já iniciou, para o efeito, os devidos contactos.

devidamente justificados – formação de teor mais sensível orientada para as praças destinadas aos Quadros Permanentes, nomeadamente nas classes de Fuzileiros e Mergulhadores – haveria um período de for-mação técnica específica na segunda fase do percurso do **Modelo A**, o qual deveria, tanto quanto possível, alinhar-se, em termos de duração, com o das praças do Modelo B com destaque para a frequência sincronizada – sem exceções – do CFP20.

Chegou-se, no entanto, à conclusão de que essa forma-ção específica adicional, na segunda fase, não se justificava, passando, assim, a haver um modelo de formação comum para todas as classes e subclasses de praças da Marinha, o qual, tendo sido aprovado por despacho do Almirante CEMA e AMN de 30 de dezembro de 2025 exarado sobre a Propos-ta n.º 083/RTF, da Direção de Formação de 10 de dezembro de 2025, foi imediatamente aplicada à incorporação de no-vembro desse ano.

Será, entretanto, necessário, e à semelhança do que sucede com as subclasses do Serviço Naval destinadas a embarque, passar por um processo de transição para completar a formação das incorporações anteriores, estendendo o esforço à Escola de Fuzileiros e à Escola de Mergulhadores.

Espera-se, deste modo, alcançar para as praças da Marinha um percurso formativo mais simples, mais ade-quado às necessidades da Instituição e mais motivador para os militares, constituindo-se como um importante fator de atração e retenção e, acima de tudo, como uma garantia de bom desempenho.

HARMONIZAÇÃO DOS MODELOS DE FORMAÇÃO EM VIGOR

A revisão do **Modelo de Formação B** deixou penden-te a possibilidade de uma subsequente harmonização dos percursos formativos de ambos os modelos, existin-do, inicialmente, indicações no sentido de que, em casos

Notas

¹ Regime de Contrato Especial.

² Integrada pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) no dia 8 de março de 2025.

³ O desenvolvimento curricular referente a estas duas últimas subclasses está ainda pendente.

Colaboração da **DIREÇÃO DE FORMAÇÃO**





ESTALEIRO NAVAL JAIME COSTA

1. TRADIÇÃO E DEVOÇÃO

«As praias eram orladas pelos estaleiros, que só precisavam do rio para os lançamentos à água dos barcos em construção ou em reparação; a serventia pelo rio era feita só nos preamares, pois fora das praias estendia-se uma larguíssima faixa de lodo, que não permitia o acesso e que era uma grave ofensa à saúde pública, mas a vida do estaleiro podia coadunar-se com as demoras consequentes.»

Carlos Gomes de Amorim Loureiro, *Estaleiros Navais Portugueses*

O estaleiro naval Jaime Costa é uma empresa familiar no sentido mais afetivo do termo. Todos os que nele laboram o sentem verdadeiramente como seu. No vasto estuário do Tejo, é o último inteiramente consagrado à construção e reparação de embarcações em madeira, tradição que leva três gerações nas mãos da família oriunda de Pardilhó, Aveiro, localidade onde iniciou a atividade de carpintaria naval, em 1921. Com 70 anos de atividade ininterrupta celebrados em 2025, o estaleiro naval Jaime Costa tem as suas instalações sedeadas na localidade de Sarilhos Pequenos, nas calas do Tejo, perto da Moita. O seu fundador foi o mestre Jaime Ferreira da Costa, pai do atual proprietário, o Mestre Jaime Costa.

José Ferreira da Costa era o proprietário do estaleiro em Pardilhó. O seu filho, Jaime Ferreira da Costa e pai do

Mestre Jaime Costa, cresceu e fez-se homem naquele estaleiro, tendo percorrido todos os ofícios e postos de trabalho até atingir as funções de mestre, tornando-se responsável por todas as atividades inerentes à reparação e construção naval em madeira. Aos 15 anos iniciava formalmente a sua atividade como aprendiz de carpinteiro, com registo no Sindicato Nacional dos Carpinteiros Navais do Distrito de Aveiro, tendo ascendido a oficial poucos anos depois. Contava 19 anos aquando do falecimento da mãe, adversidade que precipitaria a sua decisão de ir trabalhar para os estaleiros de Setúbal, no dia 3 de agosto de 1943. No ano seguinte, já desenvolvia a sua atividade no estaleiro de José Lopes, no Gaio, localidade onde conheceria a sua esposa, de quem teve três filhos.

A história do estaleiro naval Jaime Costa remonta a 1943, quando o então proprietário, o mestre António Gonçalves Pinto, se iniciou na reparação de pequenas embarcações. Não obstante, o seu estaleiro só seria licenciado em 1947, na Delegação Marítima do Barreiro, inicialmente com uma área que não excedia os 400 m². Em termos de infraestruturas, contava unicamente com um pequeno barracão, assente sobre a estacaria na praia, além de uma cábreia e de uma caldeira, local onde as madeiras eram submersas. Se atentarmos na carta geológica do rio Tejo, constatamos que a localização do estaleiro se encontra a salvo da corrente mais intensa e menos suscetível de assoreamento, imperando os sedimentos mais finos, designadamente, areias e argilas.





Corria o ano de 1955 quando, por duas vezes, o mestre Jaime Ferreira da Costa foi desafiado por António Gonçalves Pinto para lhe comprar o estaleiro, o que viria a suceder em setembro desse ano, tendo a respetiva escritura sido registada no dia 21 de novembro. No entanto, a concessão do terreno por parte do Porto de Lisboa só seria consumada no ano seguinte, a 9 de abril de 1956. Uma vez que a área já não era adequada ao seu bom funcionamento, três anos depois o mestre Jaime Ferreira da Costa adquiria novos terrenos, onde edificou a primeira carreira de plano inclinado. Com este melhoramento, o seu estaleiro deixava de estar limitado às marés e apto a receber um maior número de embarcações. De acordo com o testemunho do seu antigo carpinteiro João Estrela, anteriormente era «*tudo manual, a maré baixava punha-se os macacos, quando a maré subia já os barcos estavam em cima*».

A partir dessa altura o mestre Jaime Ferreira da Costa passou a contar também com a cooperação do irmão José Bento Ferreira da Costa, que abdicara das suas funções no estaleiro de António Cravidão, no Seixal, para encetar a parceria familiar. Com um capital de 20 mil escudos, seria formalizada a 29 de julho de 1961 e designada *Jaime Ferreira da Costa & Irmão Lda.* Com o negócio em franca expansão, no final de agosto de 1960 seria obtida autorização da Administração-Geral do Porto de Lisboa para utilização de uma nova parcela do leito do rio com 630m², tendo igualmente sido construído um barracão para proteção do guincho. Com novas condições, o estaleiro passava doravante a acolher embarcações de qualquer tonelagem, incluindo barcos de ferro e batelões. O primeiro anúncio deste melhoramento foi publicado no Programa das Festas de Sarilhos Pequenos em honra de Nossa Senhora da Graça, cuja devoção ainda hoje se encontra patente no estaleiro, numa pintura da autoria de “Zé da Lota”. Volvidos dois anos, era requerida autorização para construção de três barracões em madeira, destinados à reparação de lanchas, arrecadação de madeiras e demais arrumos. Com o intuito de prosseguir com o desenvolvimento da atividade laboral do estaleiro, em 1964 a sociedade dos irmãos Costa aumentava o capital para 400



Foto Arquivo do estaleiro Jaime Costa

Trabalho conjunto do Mestre Jaime Costa (esquerda) com o pai Jaime Costa (direita) na colocação da sobrequilha do hiate Setúbal, em 1993

mil escudos. Face à evolução verificada, quatro anos depois era pedida licença para ocupar uma nova parcela de leito de rio localizada na margem esquerda do esteiro do Montijo, junto à praia de Sarilhos Pequenos. Com uma área de 1088 m², nela seria edificada a segunda carreira de plano inclinado, que hoje constitui a principal área de trabalho.

Filho e neto de carpinteiros, o Mestre Jaime Costa é o atual proprietário do estaleiro. Nasceu no dia 23 de junho de 1953 e adquiriu os segredos da construção de embarcações tradicionais ao lado do pai e do tio, tomando decisões de chefe do estaleiro a partir de 1976, com apenas 23 anos de idade. «*A minha história praticamente já estava pré-concebida. Comecei aqui aos 11 anos, quando acabei a quarta classe*».

A sociedade conheceria mais três aumentos de capital até 1978, que se traduziram na modernização das infraestruturas e na melhoria das condições de trabalho. Face à necessidade de eletrificação da maquinaria do estaleiro, em 1980 era requerida autorização à Câmara Municipal da Moita para edificação de um posto de transformação (PT) para 15.000 volts, o que viria a tornar o trabalho fisicamente menos exigente. O Mestre Jaime Costa diz que «*antes da colocação do PT o ofício era mais trabalhos, uma vez que tudo era feito manualmente, desde os macacos que serviam para levantar as embarcações aos furos para as cavilhas*».

Em 1983, com a entrada do Mestre Jaime Manuel Carromeu Costa, filho e sucessor do mestre Jaime Ferreira da Costa, a sociedade passou de dois para três sócios. Com o capital aumentado para 4 milhões de escudos, o estaleiro continuou a ser ampliado e modernizado até à atualidade. Adaptado às novas tecnologias mas sem descurar a tradição, o estaleiro Jaime Costa funciona durante o ano inteiro, contando, por norma, com cinco funcionários fixos, recorrendo a trabalhadores externos quando necessário. «*Seguimos o mesmo processo de construção e reparação como os antigos faziam e como eu aprendi, respeitando a traça tradicional e a história das embarcações*», confessa o Mestre Jaime Costa, que em 2008 passou a ser o único proprietário do estaleiro, por herança.

Com uma área de cerca de cinco hectares, a caldeira existente no extremo da cala de Sarilhos Pequenos dispõe de portas que os funcionários do estaleiro abrem diariamente, na baixa-mar. Com esta ação, forma-se uma corrente para

jusante que arrasta as areias e os sedimentos que cavam as calas, permitindo a navegação permanente das embarcações de baixo calado.

Mestre Jaime, como é conhecido por todos, procura manter viva a herança que recebeu do pai. Mais do que uma profissão, a sua principal preocupação é preservar uma atividade em vias de extinção e legar os seus conhecimentos às novas gerações: «*A minha vida ficou toda aqui. O meu pai passou três quartos da vida no estaleiro e eu estou no mesmo caminho*».

Em contraciclo com a evolução encetada pela indústria naval moderna nos anos 60, o estaleiro naval Jaime Costa teve sempre como principal propósito salvaguardar e acarinhar os métodos e os saberes da construção naval em madeira, com o intuito de preservar, tanto as características tradicionais como a traça das antigas embarcações do Tejo. O resultado deste esforço – contínuo e nunca regateado – encontra-se hoje bem patente nos mais variados tipos de embarcações que navegam e embelezam o nosso Tejo, como as canoas, os varinos, os botes, os galeões, as fragatas e a muleta. Em conjunto, dão corpo à denominada Marinha do Tejo, que reúne as embarcações típicas, assim como os seus proprietários e arrais, numa celebração dos saberes e das tradições náuticas e marinheiras dos navegantes do rio Tejo.

De acordo com o Despacho n.º 15899/2008 do Ministro da Defesa, que formalmente a instituiu, a Marinha do Tejo

é o nome pelo qual ficaram conhecidas as embarcações e a comunidade de marítimos e de artífices, que navegavam e habitavam ao longo das suas margens. No sentido de adotar as medidas adequadas à preservação e valorização desta faceta muito peculiar e particularmente relevante da história do Tejo, a Marinha Portuguesa chamou a si a constituição de um polo vivo no Museu de Marinha. É nele que se encontra o *Livro da Marinha do Tejo*, publicação oficial onde se encontram registadas todas as embarcações, assim como os respetivos proprietários e arrais.

A construção de embarcações de madeira no estuário do Tejo é uma atividade com raízes milenares, que permitiu a circulação e o transporte de mercadorias e de pessoas, entre e ao longo das suas extensas margens, assim como pelos seus inúmeros meandros. Foram esses diferentes tipos de embarcações à vela que, sem grandes alterações, asseguraram o abastecimento e a centralidade de Lisboa até à construção das pontes sobre o rio Tejo. Presentemente, o estaleiro Jaime Costa é o único que concentra os conhecimentos, os saberes e a experiência necessários à sua manutenção, reparação, recuperação e construção. De referir que a sustentabilidade do estaleiro Jaime Costa passa pelos trabalhos de manutenção e reparação que pertencem às diferentes câmaras municipais que integram o arco ribeirinho do Tejo, designadamente, Lisboa, Vila Franca de Xira, Alcochete, Barreiro, Seixal, Moita, Montijo, Azambuja e Cascais.



Figura 1



Na opinião da Dra. Patrícia Silva do Museu Nacional de Arqueologia, que efetuou o levantamento exaustivo da história do estaleiro naval Jaime Costa, «os métodos de construção e reparação naval persistentes neste estaleiro podem considerar-se como o resultado de todo um conjunto de aprendizagens acumuladas ao longo de várias gerações e transmitidas sucessivamente entre si. O saber desta arte é a alma deste estaleiro, os mais velhos ainda transmitem conhecimento e são respeitados entre os mais novos».

Na conversa com o Mestre Jaime Costa facilmente nos apercebemos do orgulho e do imenso carinho que nutre pelo trabalho desenvolvido no seu estaleiro há mais de sete décadas. É nele que se concentra todo o legado de tradições seculares que é imperioso preservar.



António Manuel Gonçalves

CFR

Antigo Comandante do NRP Sagres (2015-2017)

Agradecimentos:

1. Ao Mestre Jaime Costa, pelo acolhimento incedível nas visitas que efetuámos ao seu estaleiro.
2. À Dra. Patrícia Silva, pela cedência da vasta informação sobre o estaleiro Jaime Costa e revisão deste artigo.
3. Ao meu amigo Guta de Carvalho, pela cedência das fotografias aéreas do estaleiro Jaime Costa.

«É numerosa e variada a navegação do Tejo. Na frase elegante de um dos nossos mais primorosos escritores, este rio tem a sua marinha especial, tão espantosa de barcos o sulcam e cruzam, tão diversa é armação, a forma e a lotação deles, e tão extensa por isso a sua nomenclatura. Entre as embarcações, pois, que pertencem ao Tejo, contam-se os moinhos, as rascas, as faluas, as moletas, os aveiros, as fragatas, os hiates, os varinos, as guigas, os vapores, os botes, os catraios, os escaleres, as canoas, etc.. Muitos destes barcos, todavia, não se limitam à navegação fluvial e aventuram-se, barra em fora, como a rasca que vai carregar o figo nos portos do Algarve, e a moleta, que empregando-se na pescaria, também arma em hiate para desempenhar alguma comissão de comércio. Outros destinam-se tão somente à navegação fluvial, que se chama do Ribatejo. A maior parte das embarcações indicadas procede dos estaleiros do Barreiro e Seixal, cujos moradores também formam, comumente, as suas campanhas, como os habitantes da Trafaria dão o máximo contingente para os serviços da pesca.»

João Pedrozo, A gravura de madeira em Portugal



Vista aérea do estaleiro Jaime Costa no início dos anos 90

Foto Estaleiro Jaime Costa

Foto © Guta de Carvalho - All Rights Reserved



GUERRA NO PACÍFICO

UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA

Após a tomada do arquipélago das Marianas, em meados de 1944, os Estados Unidos adquiriram finalmente a capacidade estratégica que lhes faltava para atingir diretamente o coração do Império Japonês. A partir de outubro desse ano, muitas cidades japonesas passaram a estar ao alcance de uma nova arma aérea: o **B-29 Superfortress**, o maior, mais pesado e tecnologicamente mais avançado bombardeiro jamais construído até então, dotado de um raio de ação sem precedentes.

Operando a partir das bases de **Guam** e **Tinian**, estas aeronaves, agrupadas na **XXI Força Aérea**, sob o comando do general **Curtis E. LeMay**, iniciaram uma campanha sistemática de bombardeamento, praticamente ininterrupta. Durante mais de onze meses, o Japão urbano e industrial foi submetido a uma devastação progressiva. Em março, quando LeMay alterou a estratégia, ordenando ataques a baixa altitude com bombas incendiárias, a fim de explorar a vulnerabilidade das cidades japonesas, construídas maioritariamente em madeira, a devastação aumentou exponencialmente.

O resultado foi catastrófico. Tóquio, Osaka, Nagoya e dezenas de outras cidades arderam. Centenas de milhares de civis morreram. A capacidade industrial japonesa foi severamente comprometida. No entanto, paradoxalmente, a destruição crescente não conduziu à rendição do Império do Japão.

Em paralelo, a partir de abril de 1945, a **3.ª Esquadra dos Estados Unidos**, comandada pelo almirante **William Halsey**, iniciou ataques navais e aéreos ao longo da costa japonesa, destruindo instalações industriais, estaleiros, refinarias e bases militares. Estas operações complementavam um **bloqueio naval total**, que estrangulava o Japão, impedindo qualquer abastecimento marítimo significativo. O país encontrava-se, de facto, isolado, faminto e militarmente derrotado. E, ainda assim, não se rendia.

Esta resistência revelou o caráter singular do regime japonês: uma oligarquia militar profundamente ideologizada, prisioneira de uma cultura de honra, sacrifício e obediência absoluta ao imperador. A experiência recente em **Okinawa**, onde a resistência fanática resultara em dezenas de milhares de mortos, incluindo civis, deu para perceber que uma

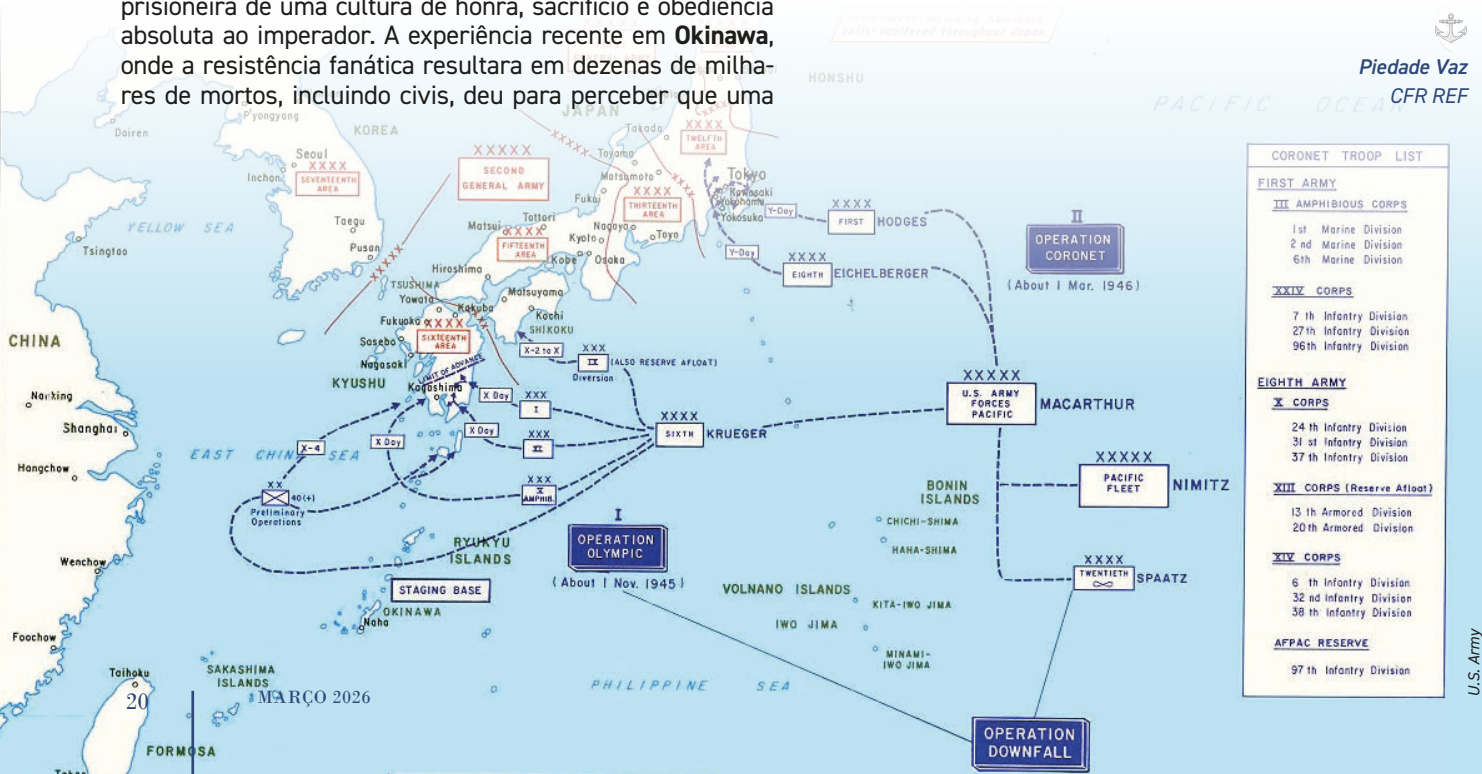
invasão do território-mãe — a **Operação Olympic**, seguida da **Operação Coronet** — seria uma catástrofe de proporções inéditas.

As estimativas mais conservadoras falavam em centenas de milhares de baixas. As mais realistas apontavam para **milhões de mortos**, entre militares e civis, num país já devastado. Para os Estados Unidos, isso significaria enviar para uma carnificina final soldados que tinham sobrevivido à Normandia, às Ardenas e às campanhas do Pacífico. Para o Japão, significaria a aniquilação social e material.

Foi neste contexto que surgiram os fatores decisivos que precipitaram o fim da guerra. As bombas atômicas sobre **Hiroxima** e **Nagasaki**, em agosto de 1945, não constituíram apenas um choque pela destruição maciça. Foi um choque psicológico e político. A isso somou-se a entrada iminente da **União Soviética** na guerra contra o Japão, com a invasão da Manchúria, eliminando qualquer esperança japonesa de mediação diplomática.

Todavia, talvez a ameaça mais temida pela liderança japonesa não fosse externa, mas interna. A possibilidade de **colapso social** e de revolta popular, num país reduzido à fome, à ruína e ao desespero, colocava em causa a própria sobrevivência da ordem imperial. A rendição tornou-se, assim, não apenas uma derrota militar, mas um ato de preservação do Estado e da hierarquia.

O bombardeamento do Japão não foi apenas uma campanha militar. Foi o culminar de uma lógica de guerra total, em que a destruição sistemática visava quebrar não só a capacidade material do inimigo, mas também a sua vontade de continuar a lutar. A sua memória é, de alguma forma, perturbadora porque nos confronta com uma verdade inquietante: a vitória, naquele verão de 1945, foi alcançada não pela ausência de alternativas, mas pela escolha, de entre as várias tragédias anunciadas, da que se antecipava como sendo a menos catastrófica.





A REAL VILA DE ÓBIDOS

Gentes,
Monumentos
e Acontecimentos

15

Oppidum¹, lugar fortificado, tem, na sua magnífica estética medieval e amuralhada, e no seu milenar percurso histórico, um misto de Trancoso² e de Évora, mas, também se lhe reconhece uma iconografia visual e arquitectónica que, em trechos, recorda Sintra, com castelo altaneiro esculpido na névoa, sendo que toda essa envolvente lhe concede uma beleza única e absolutamente excepcional, acrescido pelo facto de, há mais de 800 anos³, ser uma Vila de dote de Rainhas⁴. Como plataforma histórica onde permanecem gravados nas pedras e nas fachadas mais de 1000 anos de génética *etimológica*, toda a deslumbrante coreografia codificada de Óbidos apenas é comparável a algumas vilas medievais europeias, cujo nível de restauro e conservação é igualmente notável e representa, hoje, um dos símbolos superlativos de um conjunto arquitectónico preservado com excelência.

Óbidos, erigida no ermo, foi nascendo em redor de uma fortaleza inicial⁵ que defendia a navegação de acesso à cidade romana de *Eburobrittium* que se estendia entre dois outeiros – o mar chegava, então, a todas aquelas planícies⁶ –, constituindo, ao longo dos séculos, para segurança dos portos de mar e das suas gentes, uma forte linha defensiva costeira, ou perto do mar, de que são igualmente prova os castelos que existiam na Atouguia e em Alfeizeirão, local onde já no Séc. XIII se construía navios.

Em Óbidos houve, distintamente, a Vila e o Castelo, que antes simbolizavam o povo e o poder real⁷, um confronto de mundos muito comum nos Sécs. XIII e XIV, e que, em

especial durante a guerra civil entre D. Sancho II e o seu irmão, D. Afonso, dito o *usurpador*, teve uma evidência clara nos seus propósitos, que proporcionou à vila o epíteto de “*Sempre Nobre e Leal Vila de Óbidos*” que ainda hoje orgulhosamente ostenta.

Óbidos foi conquistada a 10 de janeiro de 1148, teve Foral logo com o primeiro monarca e, desde então, sucessivos Reis marcavam o seu tecido arquitectónico com o fortalecimento e alongamento das muralhas, Castelo e demais estruturas defensivas, sendo que, estando numa posição geográfica determinante para o processo de expansão do Reino, foi-lhe dada especial atenção, ainda em fase medieval, por D. Sancho II, D. Dinis⁸ e D. Fernando e, mais tarde, por D. Manuel, que lhe concederia novo Foral em 1513, robustecendo a muralha exterior e promovendo a construção do palácio renascentista na Alcáçova, actualmente uma pousada, bem como mandado realizar muitas obras em Igrejas e em edifícios civis.

Classificados como monumento nacional desde 1910, o Castelo e as muralhas da Vila foram alvo de extensos trabalhos de reconstrução, recuperação e restauro desde 1933, e objecto de iniciativas culturais persistentes desde a célebre *Comissão de Iniciativa e Turismo* criada em 1929, no sentido da preservação dos seus muitos monumentos. Óbidos é, ainda, classificada como Cidade Criativa da Literatura pela UNESCO⁹ desde 2015, pelo que, por tudo o que representa e pela sua Identidade única, impõe-se dedicar-lhe um artigo.



Foto © 2019 lokar Shutterstock

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Não há evidências efectivas de que a área correspondente a *Oppidum* tenha sido inicialmente ocupada por romanos, ou se terá mesmo sido fundada por Celtas ou Túrdulos, sendo, por tal facto, incerta a origem do primeiro recinto amuralhado e as características das primeiras póvoas. Contudo, os estudiosos de Óbidos, como Manuela Santos Silva, defendem que a cerca amuralhada que constitui a base do que hoje existe terá mesmo sido erigida por muçulmanos¹⁰, a partir do Séc. VII/VIII, num espaço muito mais reduzido que o actual e que, antes do Séc. XII, se situaria na área do que viria a ser a Alcáçova.

Inicialmente, o povoamento existia todo a Norte, na cidade, atrás do que viria a ser a referida Alcáçova¹¹, e era constituída por um povoamento sinuoso, que dava para a (actual) Lagoa de Óbidos, que então chegava a toda aquela zona de planícies que banhavam a base do ermo da póvoa. Perto, existiam muitas aldeias piscatórias¹², assim como junto do porto do Rio Salir e, também, da Baía de S. Marinho do Porto. Encontrando-se, para Norte, mais distantes, os extensíssimos Coutos de Alcobaça, cuja relevância fulcral já em artigo anterior¹³ fizemos referência.

A Igreja de S. João de Mocharra – que sempre esteve fora da cerca – terá sido, ainda antes da Reconquista, o primeiro edifício religioso, mas, logo a partir dos Sécs. XII e XIII, já com a cerca amuralhada muito acrescida e robustecida, com acessos pela Porta da Telhada, pela Porta da Cerca e,

claro, pela Porta da Traição (a primeira que existiu ainda na cerca inicial), já existiam, além daquela, a Igreja de Santiago, a Igreja de Santa Maria e a Igreja de São Pedro.

A conquista de Óbidos, em Janeiro de 1148 – no ano seguinte à conquista de Santarém e de Lisboa – foi um processo extraordinário, baseado em tática de diversão, com uma pressão de grande parte das tropas na Porta da Vila (acesso a Poente) provocando confrontos nas outras portas¹⁴, enquanto o Lidador¹⁵, noite já subida, comandou os seus homens (segundo consta, com camuflagem, e facto que a história mitificou) investindo pela porta a Nascente¹⁶. O Cruzeiro da Memória, primeiramente colocado no Séc. XII, mas já posteriormente substituído por um de traça manuelina, da primeira metade do Séc. XVI, marcou, para sempre, na parte Sul da cerca amuralhada, essa vitória, que estabilizaria o poder do Rei em toda a zona Centro do seu jovem Reino.

Entre 1148 e 1185, com a ocupação da póvoa inicial pelos cristãos, foi progressivamente construída a zona da *mouraria*¹⁷, que corresponderia a uma área para onde foram transferidos os muçulmanos que quiseram manter-se na região, espaço esse que, posteriormente, seria ocupado pela *judiaria*, que chegaram a construir uma pequena sinagoga. Nessa altura, existiria a Torre Albarrã¹⁸, já fora do limite da cerca inicial, e que, pelo seu posicionamento ermo com larga vista para toda a zona Oeste e para a encosta que do outro lado descia até ao rio, seria o ponto de vigilância ideal para toda a área Sul, para onde a Vila se ia alargando.





Após a conquista de Óbidos, o Rei Afonso, primeiro de seu nome, mandou erigir uma igreja – de Santa Maria – e criar uma Colegiada no local em que actualmente se ergue a Igreja, tendo o primeiro Prior sido S. Teotónio, mas estando, na sua fase inicial, ligada e dependente ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra¹⁹, sede em que, além do ensino mesteiral, o Rei tinha os seus quadros e constituiu a sua primeira Cúria Régia²⁰. O edifício que hoje ali se encontra – no espaço de Santa Maria – é já o resultado da reconstrução de perfil renascentista operada pelo Prior da Colegiada em 1571, processo que haveria de ser finalizado, já num formato de Seiscentos, quase um século depois, com outro Prior. Há autores²¹ que defendem que, antes do Séc. XII, existiria ali uma igreja visigótica e, mesmo, uma mesquita durante a ocupação árabe.

Sabe-se, apenas para referir um dos monarcas que aqui habitou, que D. Sancho I viveu bastante tempo em Óbidos²², sendo que, na Torre do Facho (ou Torre Vedra), no extremo da muralha, assinalou o acréscimo que fez²³. Mais tarde, aquando da violenta guerra civil nos princípios do Séc. XIII - 1245-47 – entre D. Sancho II e o seu irmão, Conde de Bolonha, futuro D. Afonso III, a povoação de Óbidos estava por parte do designado *usurpador*, enquanto que o Alcaide-Mor estava pelo Rei D. Sancho. Assim como aconteceu em Óbidos, muitas outras vilas e cidades estavam pelo Conde de Bolonha e contra o Rei que chegou a ter, também, a oposição de grande parte do Clero e da Nobreza, tendo levado à intervenção papal em 1245, de

Inocêncio IV²⁴, com a declaração de ser o monarca um “*rex inutilis*” o que viria a *legitimar* a sua destituição, e potenciar a sua fuga para Toledo, onde viria a falecer em 1248. O epíteto, que antes referimos, de *Sempre Nobre e Leal Vila de Óbidos*, foi precisamente devido ao facto do povo, e não o Castelo e o seu Alcaide-Mor, se ter mantido leal ao (futuro) Rei.

Os Noronha²⁵ são uma família absolutamente incontornável em Óbidos, os Alcaides-Mores da Vila. Foi D. João de Noronha que construiu, no início do Séc. XVI, o Palácio da Alcáçova, Paço que ainda hoje ostenta as suas armas, sendo que o seu filho, D. João, o Moço, tem o seu túmulo na Igreja de Santa Maria, um magnífico monumento renascentista, de 1525, a que voltaremos adiante.

Tendo sido, desde sempre, uma ilustríssima Vila, muito potenciada por ser Dote de Rainhas²⁶ desde D. Urraca, Óbidos conheceu um declínio não apenas por causa dos muito significativos danos estruturais induzidos pelo Teramoto, tendo, também, contribuído para tal o crescimento das Caldas da Rainha e das suas Termas. Contudo, a raiz do seu período mais *descendente* terá sido até mais política, em especial a partir da implantação do Liberalismo no Séc. XIX, mais precisamente com o Decreto de 28 de Maio de 1834²⁷, com o fim dos mosteiros e conventos, e, em Óbidos, com o fim da Colegiada e de um convento, e consequente confisco dos bens e a perda definitiva de influência das ordens religiosas²⁸, o que, também por essa via, marcaria todo o povoamento e as suas dinâmicas sociais.



Foto © 2024, Dalul Shutterstock



Foto © 2020 Trabantos

Já no Séc. XX, em 1929, com os trabalhos da supramencionada *Comissão de Iniciativa e Turismo*²⁹, e, já nos anos trinta (a partir de 1933/34), com o movimento estrutural de reconstrução dos monumentos nacionais coordenado por António Ferro, Óbidos conheceu um processo profundo de recuperação e restauro do Castelo, das muralhas e da Vila que levou, primeiro, à abertura da estalagem Lidador a qual foi perscrutadora da primeira pousada histórica edificada³⁰ num monumento nacional, inaugurada em 1951, e que ainda hoje lá permanece, no Paço do Alcaide-Mor, como um destino turístico de excelência.

A dados actuais, Óbidos tem índices elevadíssimos de visitas turísticas, estimando-se em mais de 2,3 milhões por ano³¹, sendo que tais indicadores multiplicaram muitas vezes nas últimas três décadas, porquanto, em 1993, esses números se situavam em cerca de 320.000, já na altura um volume impressionante de acessos, atenta a sua localização geográfica fora dos grandes centros urbanos.

O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARTÍSTICO

Óbidos³² tem, em todo o seu conjunto matricial incluindo o Aqueduto da Usseira³³ e o Santuário do Senhor Jesus da Pedra, toda a cronologia arquitectónica e artística nacional marcada na sua evolução construtiva, o que é perceptível no próprio Castelo desde as fundações mais antigas da sua estrutura amuralhada e da Alcáçova³⁴, designadamente as fases românica, gótica, manuelina, maneirista e barroca.

À entrada, encontra-se a Igreja de S. João Baptista, que hoje acolhe o Museu Paroquial de Óbidos, que se situa no local da antiga Gafaria dos Sécs. XII a XIV, tendo no fecho da abóboda da Capela-Mor o símbolo da Cruz de Cristo, o que marca a influência da Ordem. A Porta da Vila, mais adiante, é do Séc. XIV, do tempo de D. Fernando³⁵, sendo que, no átrio interior, está a Capela-oratório de Nossa Senhora da Piedade construída em 1740/50³⁶, com varandim e azulejaria barrocos, e que dá uma identidade única à entrada da cerca muralhada da Vila.

Na praça central da Vila, espaço urbano central aberto no Séc. XVI, encontram-se a Igreja de Santa Maria, a antiga Casa da Câmara, o Pelourinho de finais do Séc. XV³⁷, o Chafariz e o antigo mercado. A Igreja é uma edificação originária do Séc. XII, tendo sido muito alterada pela Rainha D. Leonor nos finais do Séc. XV e, de forma mais acentuada, por D. Catarina de Áustria, tem uma planta arquitectónica de 3 naves, com a central mais elevada, um extraordinário e invulgar conjunto de azulejaria do Séc. XVII e capelas laterais com retábulos em talha e estilos diversos, a Capela de S. Brás com retábulo barroco, a Capela-Mor com azulejos seiscentistas e pinturas de João da Costa. Na Igreja encontra-se o túmulo de D. João de Noronha e de D. Isabel de Sousa, edificado em 1525, e que se julga ter sido construído por João de Ruão ou por Nicolau de Chanterene³⁸, e é uma obra prima tumular da Renascença Portuguesa. Há autores³⁹, contudo, que defendem que as esculturas do conjunto (de Santa Maria com o filho) são de época anterior à edificação do túmulo e que, aquando do grande processo de reconstrução do Séc. XVII – que introduziu a soberba azulejaria e os tectos de caixotão pintados –, o Prior terá aproveitado a arte antes existente na Igreja, quicá já assessorado por Josefa de Ayala Figueira, de Óbidos, famosa pintora e autora de várias obras na Igreja.

A Igreja da Misericórdia, do Séc. XV, foi fundada pela Rainha D. Leonor – na altura era a Capela do Espírito Santo –, foi reconstruída no Séc. XVI, e tem um portal barroco edificado em 1596, o qual se refere ter sido a primeira obra de estilo barroco em Portugal, sendo um templo de nave única, com paredes revestidas a azulejos do Séc. XVII e um soberbo retábulo de 1628/29⁴⁰. Perto da Igreja está uma torre-armazém que pertencia ao castelo, posteriormente alterada e adaptada a vários fins, inclusivamente residenciais. A antiga Casa da Cadeia, de traça medieval muito característica, e que se encontra nas traseiras da Igreja da Misericórdia, é dos séculos XIV e XV, e está hoje adaptada a espaço museológico. Na Porta da Senhora da Graça, que era a principal entrada da Vila até ao fecho das muralhas no reinado de D. Fernando, mantém-se um Oratório que é do Séc. XIII, reformado e alterado em 1728 por iniciativa de um magistrado local.



Num largo paralelo à Rua Direita – que mantém esta designação desde meados do Séc. XIV⁴¹ – está a Igreja de São Pedro, também com origem medieval, mas quase toda reformulada no Séc. XVI, tendo vestígios góticos na sua fachada, com simbologia vária de protecção religiosa gravada na pedra. Na sua frente, está a Capela de São Martinho, edificada em 1331 pelo Padre Pero Fernandes, vigário da Lourinhã e Prior da Igreja de Santiago em Torres Vedras, sendo um pequeno templo gótico que é, também, panteão familiar, tendo, no interior, várias arcas tumulares.

No exterior das muralhas, na planície e ao lado da estrada para as Caldas da Rainha, encontra-se o Santuário do Senhor Jesus da Pedra, um monumental templo barroco inaugurado em 1747. Sendo classificado como Monumento de Interesse Público desde 2013⁴², a Igreja tem um *invulgar* formato cilíndrico exterior, correspondendo a um polígono hexagonal na sua traça interior, com corpos adjacentes, dois deles sendo torres e o outro a Sacristia, e tem telas de Costa Negreiros, famoso pintor do Séc. XVIII.

No ermo da Vila, a área acastelada mais restrita da Alcáçova ocupa uma área de cerca 1600m², sendo que as suas estruturas murais foram progressivamente reforçadas por cubelos franqueados por duas Torres, a de D. Fernando

com os seus característicos merlões pentagonais, e a de D. Dinis, com merlões góticos piramidais, identidade *dionisiana* usada em muitas dezenas de castelos mandados construir pelo monarca nos finais do Séc. XIII e inícios do Séc. XIV, sobretudo acima da linha do Tejo. O Paço está ligado à Igreja de Santiago⁴³ por um passadiço. Toda a estrutura da fortificação foi fortemente danificada pelo Terramoto, sendo que, em 1842, a Torre Albarrã foi convertida na Torre do Relógio, e já em 1869 foi edificada uma escadaria exterior de acesso à Torre de D. Fernando.

O Castelo, em toda a sua magnificência estética, é um *ex-libris* de inúmeras publicações de arquitectura histórica nacionais, e até internacionais, e representa, majestoso, altaneiro e roqueiro – no átrio e fachadas do palácio, de uma exuberante estética renascentista – com todo o conjunto amuralhado, uma fantástica simbologia iconográfica do que foi, e é, Portugal.



Dr. Luís da Costa Diogo
Diretor Jurídico da DGAM

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

¹ Designação do latim, dos tempos em que o ermo fortificado (da vila) era um dos pilares de segurança da cidade *Eburobrittium*, que se estenderia nas várzeas ali bem perto, cidade ainda com dimensão com termas e edifícios públicos, e de que ainda hoje há extensos vestígios como os trabalhos arqueológicos vão deixando identificar.

² Esta, naturalmente, de configuração mais granítica e mais beirã.

³ Desde D. Urraca, mulher de D. Afonso II desde 1206, sendo que o monarca reinou desde 1211.

⁴ Na Vila, tiveram papel fulcral no seu desenvolvimento D. Dulce de Aragão (mulher de D. Sancho I), Isabel de Aragão, Inês de Castro, Filipa de Lencastre, Leonor de Viseu e Catarina de Áustria entre muitas outras Rainhas.

⁵ Discute-se, ainda, hoje, se a base de parte dos vestígios mais antigos das muralhas existentes a Norte, na cidadela, atrás da Alcáçova, ainda serão dos tempos de uma fortificação romana que ali terá existido, existindo muitas incertezas quanto a tal conclusão.

⁶ Hoje, depois do muito significativo e progressivo assoreamento de toda aquela zona, apenas existe a relativa proximidade da Lagoa de Óbidos que ainda chega ao final da Estrada Real, no Arelho.

⁷ O Alcaide-Mor arrecadava os impostos e impunha a justiça.

⁸ Rei que mudou, em definitivo, a orientação da Vila para Sul, para onde se estendeu a partir dos primeiros quartéis do Séc. XIV.

⁹ Decorrendo o projecto para a sua candidatura a património mundial.

¹⁰ Uma comunidade que teria, essencialmente, funções militares de defesa e alguns ofícios de cariz administrativo.

¹¹ Para mais desenvolvimentos, ver o extraordinário estudo de Manuela Santos Silva, *“A Região de Óbidos na época medieval”*, Coleção Património Histórico, Estudos e Documentos, Câmara Municipal de Óbidos, 1994.

¹² Sabe-se, por exemplo, que ainda durante o Séc. XIII foi construída uma pequena aldeia no Baleal para morada dos baleeiros que tinham, como faina, os grandes cetáceos, actividade que tinha um interesse Real directo do monarca, porquanto daí retirava lucros da comercialização, ao mesmo tempo que promovia a ocupação do espaço com povoações, sendo por tal razão que potenciava aquele sector com angariação de marítimos e aquisição de materiais e equipamentos para as fainas.

¹³ Ver *“A Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça”*, Coleção Gentes, Monumentos e Acontecimentos, Revista da Armada (Nº 608) de Julho de 2025.

¹⁴ Ver a obra citada de Manuela Santos Silva.

¹⁵ Ver o artigo do presente autor *“O Lيدador. Os Mendes da Maia e a construção de Portugal”*, Revista da Armada (Nº 562) de Julho de 2025.

¹⁶ Que ficaria conhecida como Porta da Traição.

¹⁷ Ver José Hermano Saraiva, 1993, *Brumas da Memória*.

¹⁸ Ulteriormente conhecida como Torre do Relógio.

¹⁹ E assim se manteve até que D. João III a doou à mulher, D. Catarina de Áustria, que promoveu na Igreja inúmeras obras de robustecimento e reconstrução arquitectónica, como adiante veremos.

²⁰ Ver o artigo do presente autor *“O Rei Afonso e Santa Cruz de Coimbra”*, Revista da Armada (Nº 562) de Maio de 2021.

²¹ Hermano Saraiva, programa citado.

²² E que, já nessa altura, haveria uma Gafaria, situada mais a Sul.

²³ Aliás, precisamente por causa daquela torre e do alinhamento das muralhas, já se comparou Óbidos a uma grande nau, tendo o Facho como a sua proa. Para mais desenvolvimentos, ver a Coleção *“Património. Castelos de Portugal”* VOL I, Júlio Gil e Augusto Cabrita, com Introdução de Veríssimo Serrão, 2003.

²⁴ Pela Bula *“Grandi non immerito”*, de 24 de Julho de 1245, no Concílio de Lyon, validando a tese de que o Rei era incapaz de manter a ordem, de ministrar a

justiça, mas, sobretudo, porque não salvaguardava os interesses da Igreja, cedendo às pressões da Alta Nobreza.

²⁵ Descendentes de Afonso, Conde de Gijón e Noronha, filho de Henrique II de Castela, que casou com Isabel, filha do Rei D. Fernando de Portugal, e, portanto, tendo descendência Real de ambos os costados. A princesa, após a morte de Afonso, integrou a Corte do Rei D. João I, tendo ainda, membros da família, assumindo papéis de elevado destaque em várias Cortes como sejam nos casos de D. João II e D. Manuel I, e exercido outros altos cargos no Reino, tendo, por exemplo, sido – por três vezes – Vice-reis da Índia, com D. Garcia, D. Afonso e D. Miguel, nos Sécs. XVI e XVII.

²⁶ Para mais desenvolvimentos, ver Manuela Santos Silva *“Óbidos na Casa das Rainhas Medievais de Portugal”*, 1.º Congresso de História e Património da Alta Estremadura, Ourém, 2011.

²⁷ Pelo Ministro Joaquim António de Aguiar.

²⁸ Para maiores desenvolvimentos, ver o soberbo *“Portugal Contemporâneo”*, de Oliveira Martins, *BookBuilders*, 2018.

²⁹ Que Marcello Caetano integrou, porque o início da sua vida profissional foi como funcionário do registo civil em Óbidos, precisamente entre 1928 e 1929.

³⁰ Com projecto do arquitecto João Filipe Vaz Martins.

³¹ Apenas para comparativo, o Mosteiro dos Jerónimos tem cerca de 1,3 milhões de visitas por ano.

³² Com a sua planta trapezoidal.

³³ Mandado edificar, em 1573, pela Rainha D. Catarina de Áustria, e que se estende (nos seus 3 troços) por cerca de 6km, nas suas partes subterrânea e de superfície, sendo mais visíveis os trechos de arcarias que vão até à muralha da Vila.

³⁴ E nas formações de cerca mais antigas na parte correspondente à antiga cidadela.

³⁵ Já no Séc. XVII, com o *Restaurador*, foi colocada a imagem de Maria em homenagem à recuperação da independência nacional.

³⁶ Por ordem de D. João V que, numa das viagens às termas das Caldas, a mandou erigir.

³⁷ Encimado por invulgar pinha cónica, o escudo Real e as armas da Rainha D. Leonor.

³⁸ De origem francesa, mas que desenvolveu quase toda a sua obra em Portugal durante quase 4 décadas, até 1551, tendo sido, por exemplo, o autor dos magníficos túmulos dos Reis Afonso I e Sancho I em Santa Cruz e a que já antes nos referimos em artigo acima mencionado.

³⁹ Ver o entendimento de Hermano Saraiva, programa antes referenciado.

⁴⁰ Nele encontra-se, ainda, o túmulo de D. Maria Luísa, Camareira da Rainha D. Catarina de Áustria.

⁴¹ E cuja traça e fachadas das casas tiveram muitas alterações nos Sécs. XV e XVI, tendo-se ocultado muitos dos portais góticos antes existentes, mas de que existem, ainda, amplos vestígios nas fachadas actuais, o que dá uma extraordinária beleza arquitectónica a toda a Vila.

⁴² A famosa imagem de pedra de Cristo, que antes estava numa Ermida nas Caldas, foi um objecto de devoção do Rei D. João V, e a sua origem, e antiguidade, ainda hoje são debatidas. O culto constitui, actualmente, uma das maiores romarias de toda a Região, e ocorre no Domingo da Santíssima Trindade.

⁴³ A Igreja de Santiago é, originariamente, do Séc. XII, tendo sido totalmente destruída pelo Terramoto, e reconstruída, no Séc. XVIII, tipologia que hoje vemos, sendo reconvertida, em sucessivas fases posteriores no Séc. XX, em auditório municipal, espaço cultural, estando posteriormente lá instalada a renomada Livraria de Santiago.

MARINHA E ARSENAL DO ALFEITE

ACORDO PLURIANUAL (2026-2028)

No passado dia 19 de dezembro, foi assinado, entre a Direção de Navios e a Arsenal do Alfeite S.A., o Acordo Plurianual, que reforça a cooperação estratégica entre as duas instituições, relativo à aquisição de trabalhos de manutenção onde se incluem docagens, revisões intermédias, pequenas revisões, trabalhos eventuais e serviços de reparação urgentes nos navios e unidades auxiliares da Marinha, para o triénio de 2026 a 2028.

Este acordo foi formado através de procedimento de contratação excluída no seguimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/2025, que autorizou a assunção de encargos plurianuais para aquele período, e no âmbito da concessão prevista no Decreto-lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro, que confere à Arsenal do Alfeite a prestação de serviços que se subsumem na atividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha, incluindo a prossecução de objetivos essenciais e vitais para a segurança nacional, determinando-se, naquele âmbito, que as ações de manutenção em apreço deverão ser concretizadas naquela entidade, assegurando-se desta forma a continuidade do apoio técnico e logístico à manutenção e modernização dos meios navais.

O acordo agora assinado reflete a evolução do modelo preconizado pela vigência do acordo plurianual anterior (2023-2025), tendo como objetivo a clarificação e densificação de determinados procedimentos de operacionalização tornando-os muito mais simples e céleres. Por outro lado, também se pretende reforçar mecanismos de planeamento, acompanhamento, coordenação e controlo da execução contratual,



bem como assegurar maior previsibilidade e alinhamento com a prática decorrente do Acordo Tripartido celebrado entre o Estado Português, a Marinha e a Arsenal do Alfeite S.A. em 29 de dezembro de 2010, garantindo-se maior eficiência na gestão de recursos e reforço das capacidades nacionais no domínio da construção e reparação naval.

A assinatura deste instrumento constitui um passo relevante para a sustentabilidade da esquadra e para a valorização da Arsenal do Alfeite, S.A. enquanto pilar fundamental da Base Tecnológica e Industrial de Defesa.



Colaboração da **DIREÇÃO DE NAVIOS**





NOTÍCIAS

CLUBE DO SARGENTO DA ARMADA

APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS

No passado dia 9 de janeiro, uma delegação do Clube do Sargento da Armada (CSA) foi recebida em audiência pelo Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, Almirante Jorge Nobre de Sousa.

Esta audiência teve como objetivo a apresentação de cumprimentos institucionais dos Órgãos Sociais eleitos para o Biénio 2025–2026, sendo composta pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral Rui Maricato, Presidente do Conselho Fiscal Carlos Alves e o Presidente da Direção José Fernandes.

O Almirante Jorge Nobre de Sousa felicitou o CSA pelo seu papel junto dos seus associados e da Marinha Portuguesa, reafirmando o seu apoio à nossa Família Naval, desejando votos de continuação de bom trabalho.



Colaboração do **CLUBE DO SARGENTO DA ARMADA**



Foto STEN TN (DSG) Eva Ferreira

MINISTÉRIO DA DEFESA DE TIMOR-LESTE

CONDECORAÇÕES

No passado dia 2 de fevereiro, durante a cerimónia de comemoração do 25.º aniversário da transformação das FALINTIL em FALINTIL-Forças de Defesa de Timor Leste, o Almirante Silva Ribeiro e o CALM MN Francisco Guerreiro foram agraciados pelo Ministro da Defesa de Timor-Leste, com a Medalha de Serviços Distintos, grau prata.

O Almirante Silva Ribeiro, pelo apoio prestado ao Instituto de Defesa Nacional no exercício de funções docentes e na elaboração de trabalhos técnicos ou científicos.

O CALM MN Francisco Guerreiro pelo apoio concedido aos militares timorenses e seus familiares e pelos contributos técnicos para a construção do hospital militar.



CONVÍVIOS E ENCONTROS



ASSOCIAÇÃO MARINHEIROS CONCELHO BARCELOS 30.º ANIVERSÁRIO

Realiza-se no próximo dia **11 de abril** o 30.º Encontro dos Marujos do concelho de Barcelos

Para mais informações e inscrições os inscritos devem contactar:

Fernando Carvalhosa TM: 919876285, **Manuel Bogas** TM: 936666620,
Francisco Caravana TM: 965492456, **Carlos Rodrigues** TM: 964873580,
António Rosa TM: 967062692, **Pedro Santos** TM: 919612728
ou pradospedro@sapo.pt

"FILHOS DA ESCOLA" DE 1985 41.º ANIVERSÁRIO

Realiza-se no próximo dia **18 de abril** no Vimeiro, Lourinhã um almoço/convívio dos "Filhos da Escola" de 1985.

Para mais informações, os interessados deverão contactar **De Sousa Eurico** através dos seguintes contactos:

Mail: armadafilhosdaescolade1985@gmail.com
TM: 0033644178991

AVISOS



DESPORTO EM DIA

XLV CAMPEONATO NACIONAL MILITAR CORTA-MATO

A Delegação da Marinha, composta por 14 atletas, participou no dia 28 de novembro no XLV Campeonato Nacional Militar de Corta-Mato, prova organizada pela Guarda Nacional Republicana, na Escola da Guarda, em Queluz.

Em termos classificativos, a delegação da Marinha, conquistou o 1.º lugar no escalão de Sêniores femininos. Individualmente, a STEN TN (MAT) Joana Ogura sagrou-se vice-campeã nacional militar de Corta-Mato, a STEN TN (FISIO) Rita Coelho e a STEN TSN (ELT) Anabela Aguiar ficaram, respetivamente, em 3.º e 4.º lugar na classificação geral feminina, a 1SAR ETA Vera Reis conquistou o 2.º lugar no Escalão V45 e nos atletas masculinos destaca-se o 2.º lugar no Escalão M35 por parte do CAB FZ Luna Costa.

39.º CAMPEONATO DA MARINHA DE NATAÇÃO

No dia 9 de dezembro realizou-se o 39.º Campeonato Marinha de Natação. Esta competição, organizada pelo Centro de Educação Física da Armada (CEFA), decorreu na piscina nº 2 do CEFA, contando com 49 atletas, 44 masculinos e 5 femininos, provenientes de 4 agrupamentos desportivos: Base Naval de Lisboa (BNL), Escola Naval (EN), Corpo de Fuzileiros (CF) e Unidade de Apoio às Instalações Centrais de Marinha (UAICM).

A prova contemplou 4 Escalões de competição em diversos estilos (400m livres, 100m livres, 50m costas, 50m bruços, 50m mariposa, estafetas de 4x25m e estafetas de 10x25m).

O Agrupamento Desportivo vencedor no Escalão Feminino foi o CF.



TORNEIO ABERTO DE JIU-JITSU BRASILEIRO

Em conformidade com o calendário desportivo, realizou-se com êxito o Torneio Aberto de *Jiu-Jitsu* brasileiro (BJJ) no dia 11 de dezembro. O evento decorreu no Pavilhão do CEFA, e registou a participação de 10 atletas, distribuídos por faixas brancas, faixas azuis/roxas, e faixas marrom/pretas. Realça-se o espírito de convívio e a participação exemplar de todos os atletas.



TORNEIO INTERNO CROSS DE NATAL DA BASE NAVAL DE LISBOA

No dia 18 de dezembro realizou-se o tradicional *Cross* de Natal da BNL. Esta prova, organizada pelo CEFA, decorreu dentro da BNL, contando com 29 atletas, dos quais 25 masculinos e 4 femininos, provenientes das diversas unidades do agrupamento desportivo da BNL.



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MONITOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Teve início a 12 de janeiro de 2026, no CEFA, a mais recente edição do Curso de Especialização em Monitor de Educação Física (EEF04), cuja conclusão está prevista para 16 de julho de 2026.

Esta edição assume particular relevância por ser a primeira após uma reestruturação profunda, caracterizada pela redução significativa de carga horária total, passando de 1110 para 750 horas, encurtando a sua duração de 9 para 6 meses. Nesta edição foi introduzido um modelo formativo renovado e mais alinhado com as exigências atuais da educação física, afirmando-se como uma resposta formativa mais moderna, eficiente e orientada para as necessidades reais das unidades.

O curso conta, atualmente, com 10 formandos, sendo 3 militares da Marinha, 1 elemento da Polícia Marítima, 2 militares da Guarda Nacional Republicana e 4 elementos da Polícia de Segurança Pública. Esta diversidade reforça o caráter conjunto e interinstitucional da formação, promovendo a partilha de experiências e a criação de uma cultura comum no domínio da educação física.



XLVI CAMPEONATO NACIONAL MILITAR DE CORTA-MATO

A Delegação da Marinha participou no dia 22 de janeiro no XLVI Campeonato Nacional Militar de Corta-Mato, organizado pela Comissão de Educação Física e Desporto Militar, no Complexo Desportivo do Jamor, em Lisboa.

Individualmente, o maior destaque vai para a STEN TSN (ELT) Anabela Aguiar e para o CAB FZ Luna Costa que se sagraram, respetivamente, Campeões Nacionais Militares de Corta-Mato Longo Feminino e Curto Masculino.

De realçar ainda, as seguintes classificações:

SENIORES FEMININOS:

STEN TS (FISIO) Rita Coelho

2.ª Classificada Corta-Mato Longo;

V45 FEMININOS:

SAJ ETA Vera Reis

2.ª Classificada Corta-Mato Longo;

V35 MASCULINOS:

2 SAR TF Gonçalves de Jesus

3.º Classificado Corta-Mato Longo;

M50 MASCULINO:

Faroleiro Chefe Gonçalves Pires

2.º Classificado Corta-Mato Curto.

Ao nível coletivo, a Marinha venceu o Escalão de Seniores Femininos de Corta-Mato Longo e o Escalão Masculino de Corta-Mato Curto.

Face aos resultados alcançados, a STEN TSN (ELT) Anabela Aguiar e a STEN TS (FISIO) Rita Coelho foram selecionadas para participar no Campeonato Mundial Militar de Corta-Mato, que se realizou na Grécia, no período de 25 de fevereiro a 2 de março de 2026.





RENOVADAS HISTÓRIAS DA BOTICA ~ 90 AOS QUE ANDAM SOZINHOS...

We walk alone...

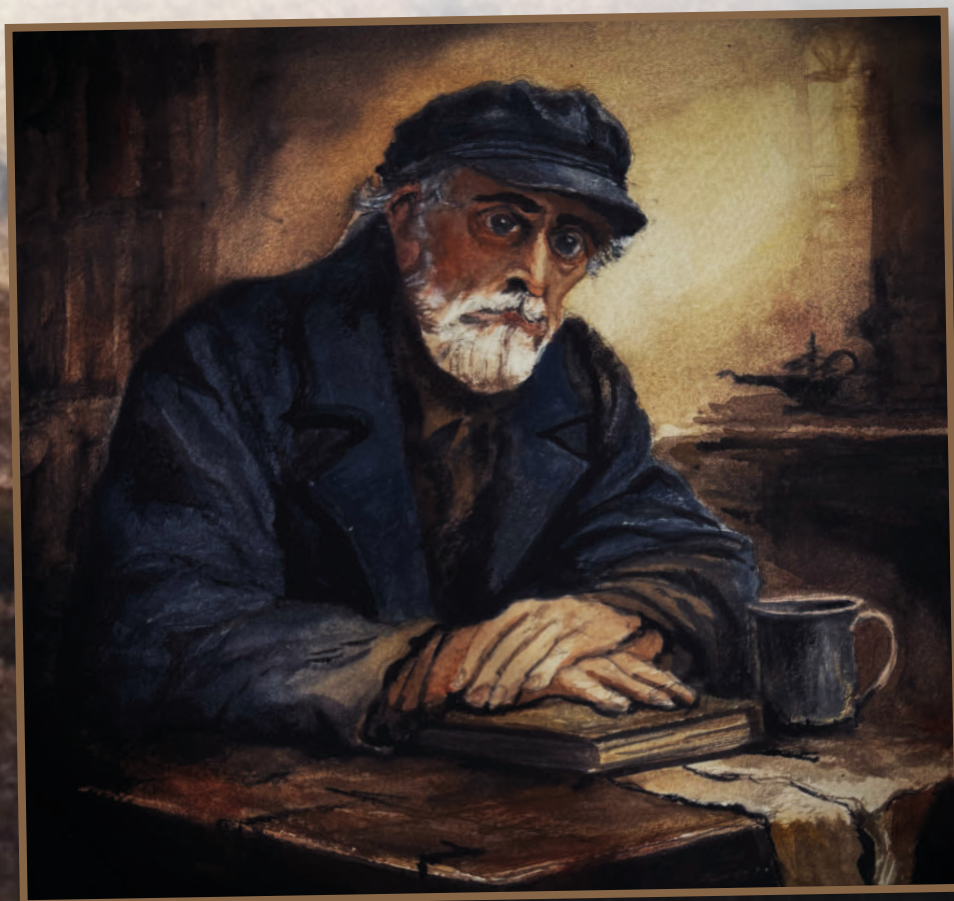
In Penny Dreadful, série televisiva da BBC, 2014

Uma das características da Medicina, de todas as eras, para quem tenta a arte da cura, é o confronto permanente com as doenças de outros, sem contudo deixar de reconhecer a sua própria humanidade, pois, os médicos ainda são pessoas... Lá virá o tempo da Inteligência Artificial em que um algoritmo robotizado será responsável pela abordagem médica em todas as facetas e, claro, na escolha do tratamento... Não é em vão, que os grandes defensores da Inteligência Artificial têm sido, no presente, as grandes instituições privadas, admitindo que essa tecnologia irá, em muito, melhorar a "produtividade".

Para os menos atentos, a forte massificação da medicina privada em Portugal baseia-se em dois axiomas. O primeiro é a aplicação das regras comerciais comuns visando,

o incremento da "produtividade" (...mais consultas, mais exames, mais cirurgias...), como qualquer empresa, materializando-se, este desígnio, sem eufemismos, no cargo de "diretor de produção" – central em todas estas instituições. O segundo, que deriva naturalmente do primeiro, é que a medicina preventiva não tem interesse na "equação comercial" – compreende-se que a medicina preventiva, muito mais barata, serve para evitar precisamente as doenças que são necessárias para a "produção" das instituições privadas...

A medicina preventiva está assim completamente nas mãos do Serviço Nacional de Saúde (SNS), que procura fazer milagres, com cada vez menos recursos e forte incompreensão, por vezes dos próprios utentes. Cabe ao SNS a vacinação, a vigilância da gravidez e a realização de rastreios para prevenir e ajudar o seguimento de uma miríade de doenças crónicas, permitindo salvar vidas, discretamente e a longo prazo... A nível hospitalar, o SNS tem sido ainda o refúgio de todos os que economicamente são despro-



Autor: 1TEN TSN-ARQ Paulo Guedes



vidos de meios para recorrer a outros lugares, apesar da exaustão, publicamente reconhecida, de meios e recursos. Se quisermos uma referência sobre a importância do SNS, basta lembrar a recente pandemia, em que a parceria com privados teve expressão quase nula por boa razão: tratava-se de uma doença muito pouco lucrativa...

Vem esta pequena reflexão a propósito de um camarada, antigo Almirante de reconhecida reputação, com quem tive o prazer de me cruzar, já que foi comandante de uma Unidade de grande relevo. Vamos chamar-lhe "Almirante C..."

Ser "Médico de Marinha" foi muitas vezes difícil, pois, para alguns trata-se de uma classe privilegiada, cuja formação é largamente incompreendida. Ora, nessa época, os médicos em formação na Marinha, genericamente conhecidos como "Internos", eram colocados em grandes unidades, como "Chefes de Serviço de Saúde", enquanto tinham de cumprir o programa de formação teórico e prático da sua área de especialidade – tal como qualquer outro médico – em instituições públicas de grande exigência.

Acontece, que o DOC fez a sua Especialidade (5 anos), no Hospital de Santa Cruz. Durante este tempo saltou de Unidade em Unidade, por "exigências do Serviço", o que dificultava a criação de uma rotina, pois cada Unidade tinha (...e tem) práticas distintas. De realçar, que nenhum dos outros Ramos das Forças Armadas, impunha esta dualidade de requisitos aos seus médicos em formação, que, antes de qualquer atividade operacional, eram deixados à sua formação clínica...

Ora, numa das unidades, em que o DOC esteve, ainda em formação, foi literalmente perseguido por questões de horário, pois não cumpria o tradicional "das 9-16 horas", todos os dias da semana. Compreensivelmente, não possuía o dom da ubiquidade. Na verdade, o DOC fazia consultas todos os dias na hora do almoço, saltando entre o Hospital de Santa Cruz e a Unidade em causa, de modo próprio, tentando, desesperadamente, cumprir as suas obrigações em todo o lado...

O conflito materializou-se num processo disciplinar, até que, como acontece muitas vezes o inesperado aconteceu... O Almirante em questão, teve um familiar próximo internado em Santa Cruz, cruzou-se, assim, em determinado dia com o DOC – que o não conhecia – pelas 7:45h, nesse Hospital. Nesse mesmo dia – dado o agravamento clínico do seu familiar – voltou ao Hospital pelas 20:45h. Reencontrou o DOC, que ficava até tarde, para cumprir, todos os dias, sem favores, o que era requerido de um especialista de cardiologia...

Aconteceu, então, que na dita Unidade onde avançava o processo disciplinar por incumprimento de horário, o DOC decidiu escrever, diretamente ao Comando, explicando a sua situação delicada – este documento, hoje guardado em sítio seguro, tinha um título, chamava-se "Servir Dois Meses...". Curiosamente, logo no dia a seguir à entrega do documento, foi chamado pela secretária do Sr. Almirante, ele queria conhecer o DOC, não percebendo que já o conhecia... Era, claro, o Sr. Almirante C... o mesmíssimo cavalheiro que o DOC vislumbrou na cabeceira do doente em cuidados intensivos...

Quanto entrei, o Sr. Almirante deu um grito estridente:

– É você?!

– *Você é o homem que eu encontrei duas vezes no mesmo dia, no Hospital de Santa Cruz, fez o cateterismo ao meu familiar!*

O resto da conversa ficará para mais tarde, mas saiba o leitor que o Almirante C, agarrou num documento que estava

sob a sua secretária e rasgou-o, de forma quase ritual, que como mais tarde o DOC verificou, era seu estilo pessoal... Afirmou, por fim, de forma enfática:

– *A partir de agora, faz o seu próprio horário e reporta diretamente a mim.*

Saí a sorrir, foi a primeira vez, nessa época difícil, que não me senti profundamente incompreendido na Marinha. Foi a primeira vez que não "andeí só"... Fiquei muito agradecido ao Sr. Almirante C, que nunca esqueci...

Contudo, na mesma Unidade, o problema iria ressurgir mais tarde, assim que o referido Almirante C deixou o Comando. Dessa vez foi outro oficial, sensível, que me permitiu o "favor", do "não-cumprimento do horário" para fazer a Especialidade de Cardiologia – esta, claro, será outra história...

Ora, em reunião recente da Academia de Marinha, encontrei depois de muitos anos o Sr. Almirante C. Cumprimentei-o, mas não me reconheceu. Olhando para ele, percebi que era mais do que a falta de memória associada ao tempo... que o acometia. Percebi que agora, tristemente, era o Sr. Almirante C que andava sozinho, como na citação acima... de uma série de terror...

Poucos saberão que a entidade mais comum no foro cardiovascular é a demência, ou como o DOC anotou há muitos anos na sebenta da sua vida, é a "doença daqueles que andam sozinhos". Na demência a mente vai perdendo referências ao ponto de esquecer pessoas próximas, memórias de lugares importantes e, numa palavra, deixar de reconhecer o mundo como ele é. A génese e progressão da doença parece dever-se à falta de controle de uma miríade de fatores de risco, desde a hipertensão, a dislipidemia, entre muitos outros. Na verdade, não existem certezas...

Fiquei triste pelo Almirante agora "andar sozinho" num mundo que conhecerá cada vez pior... Disse-lhe quem era, não compreendeu o sentido das palavras, quis tocar-lhe (como forma de comunicação) mas não o fiz... Afinal, um "Come-e-Dorme", sem préstimo, tem certas formalidades a respeitar. Ao invés, o DOC escreveu-lhe um agradecimento no caderninho de anotações que trago sempre na alma... do qual se retiram estes escritos...

Por fim, O DOC sentiu que se devia afastar dele e de todos os que o rodeavam, muito mais antigos na hierarquia militar do que o DOC. Achou que se corria o risco de uma má interpretação pelos camaradas do Almirante C, que poderia prejudicar a reputação de um militar tão distinto... Intimamente, teve receio de que alguém achasse desajustada tanta aproximação, pois já se sabe que os médicos são uma classe privilegiada, irregularmente estruturada, incumpridores e com muito pouco préstimo, exceto quando, desesperadamente, se precisa deles...

Em breve chegará a muito bem estruturada Inteligência Artificial, que medra no terreno fértil da viçosa "hospitalidade" privada portuguesa... Será imensamente mais objetiva e confiável, terá, tenho-o por certo, o dom da ubiquidade.

Bem Haja Sr. Almirante C, não me esquecerei... nunca me esquecerei...



Doc

Errata

Na RA N°614 na página 30, nas Renovadas Histórias da Botica, onde se lê "consumação" deverá ler-se "consumpção".



VIGIA DA HISTÓRIA ~ 152

A FALTA DO PAPEL

É sabido que, ou por falta de navios da Armada Real para o transporte de pessoal para as colónias, ou pela inadequabilidade dos existentes para tal transporte, ou ainda por motivos de natureza económica, se recorria frequentemente à utilização de navios mercantes para o referido efeito.

Tal foi o sucedido em 1842 relativamente ao transporte do governador nomeado e demais pessoal para o governo do arquipélago de S. Tomé e Príncipe.

Para tal efeito foi fretado o brigue *Flor do Tejo* que se preparava para seguir viagem para Angola e que, por isso foi igualmente aproveitado para o transporte de degredados condenados para servir naquela colónia.

O embarque de degredados e demais pessoal obrigou a que fosse necessária a construção de bailéus e outros compartimentos para alojamentos, tal como o reforço de mantimentos e de aguada e bem assim da palamenta para a confecção de maiores quantidades de alimentos para a totalidade do pessoal que seguia embarcado.

Estava-se então no auge da repressão ao tráfico de escravos, tarefa que, no âmbito do Tratado de Luanda, era cometida tanto aos navios britânicos como aos portugueses que, nos termos desse Tratado, poderiam apresar qualquer navio que, mesmo não transportando escravos, apresentasse determinados indícios tipificados, como fossem construções no porão para o transporte de escravos, excessiva quantidade de alimentos e de água, bem como palamenta adequada à confecção de grandes quantidades

de alimentos, indícios esses que o *Flor do Tejo* claramente apresentava, sendo, por isso, que navegando ao largo de Benguela (zona frequentemente usada para o embarque de escravos), foi apresado pelo cruzador britânico *Hyacinthe* que o levou para Luanda para ser julgado pela Comissão Mista, de nada valendo a argumentação do Capitão do navio de que se tratava de um transporte do governo português, Capitão esse que afinal nunca conseguiu responder à questão suscitada pelos britânicos:

Onde é que está o documento comprovativo do que afirma?



Cmdt E. Gomes

PS – A Comissão Mista, já na posse do necessário documento, considerou tratar-se de um apresamento indevido e, devido a isso, estabeleceu o valor da indemnização a pagar pelo governo britânico, no valor de 245 libras, valor esse a que o representante diplomático português em Londres, encarregado de a receber, deduziu a quantia, bem insignificante aliás, referente às despesas administrativas que tivera para a resolução do caso.

Fonte: Angolana

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico



Pintura do acervo do Artista Plástico Abraham Levy Lima



JOGUEMOS O BRIDGE

Este abre em 1♥, Sul faz uma intervenção em 2♦ e Norte marca 3ST. Este marca 4♥ ao que Sul respondeu marcando o contrato final de 5♣. Oeste sai ao 4♥ seguido de R do morto e A de Este que joga a seguir o V♥. Analise atentamente as 2 mãos e decida qual a melhor linha de jogo para conseguir cumprir o contrato.

De seguida, vamos então contar as vazas perdentes e fazer o plano de jogo. Tornar-se óbvio pelo leilão e a subsequente "leitura" atrás feita que temos 3 perdesites: A♠ (já jogado), A♥ e R♠ todas em Este. Como poderemos então eliminar uma dessas perdesites? É verdade que podemos baldar uma carta da mão na D♠ do morto, mas isso não resolve o problema, continuamos a ter uma Espada e um Pau perdentes. Vejamos então como devemos prosseguir: A primeira decisão a tomar é: que carta jogar da mão depois de Este jogar o A♥? Baldar uma Espada não parece fazer sentido, ficamos com DV e uma delas vai ser perdida para o R de Este. A tentação é baldar o A♥ mas será que isso não ajuda? Quando mais tarde jogarmos pequeno Pau do morto em direção ao R seco, se Este jogar o A♠ apanha-nos o R e depois ficamos apenas com uma balda e Espadas na D♠, um cabide garantido. Como nenhuma das hipóteses parece ser óbvia, o dito de outro modo, como ainda não sabemos jogamos duas vezes trunfo a acabar no morto e então sim jogamos pequeno Pau do morto em direção à mão. Se Este jogar A♠ a segunda vaza a Paus é ganha com o R e pode baldar 2 cartas de Espadas de mão quando for ao morto um terceiro trunfo: uma na D♠ e outra na D♣, eliminando assim a perdesite de Espadas. 11 vazas feitas e contrato cumprido. Se Este recuar A♠ a primeira, ganha a vaza com o R e agora quando for ao morto em trunfo joga a D♠ na qual balda o segundo Pau da mão, no seja, em vez de conceder um Pau vai antes conceder uma Espada mas cumprir sempre o contrato. Note-se a importância de ter cortado o V♥ na segunda vaza em vez de ter baldado uma carta que ainda não sabe bem qual deve ser, como vimos só o saberá depois de ver se Este joga ou não o A♠ à primeira.

♠	♥	♦	♣
A	R	D	D
10	D	10	6
8	2	4	5
		3	

♠	♥	♦	♣
D	3	A	F
V		R	4
2		V	
		9	
		8	
		6	
		5	

Nascimento Coelho
Ex-CTEN AN
pauloincoelho@gmail.com

SOPA DE LETRAS

	FELOSA		LASTRO
	FEMINELA		LAMA
	HOUARI		JUTA
	INVERNIA		JEQUE
	JARDA		JAPONA
	JOANGA		INCLINAÇÃO
	LABAÇA		IGARA
	LADO		FERNAZIA

F	I	J	A	R	D	A	L	E	N	I	M	E	F
E	U	Q	E	J	A	Ç	A	S	T	A	N	T	I
R	L	A	A	E	L	A	M	A	S	U	P	A	R
N	A	S	N	A	S	B	A	O	R	T	S	A	L
A	D	P	O	I	O	A	I	T	U	J	U	T	A
Z	O	A	P	U	S	L	S	A	V	E	S	U	R
I	S	L	A	D	O	J	O	A	N	G	A	I	A
A	A	A	J	I	N	V	E	R	N	I	A	A	G
S	E	S	U	O	A	C	A	N	I	L	C	N	I
H	O	U	A	R	I	B	N	A	S	O	L	E	F

Dias Matias
SCH CM

SUDOKU

8	9	7	4	5	2	3	1
9	5	3	5	7	4	2	8
7	2	1	7	8	6	3	9
2	7	8	9	1	6	5	4
7	4	3	8	5	2	9	6
9	1	6	3	7	4	2	5
5	2	8	6	9	7	1	3
3	6	4	7	1	5	8	2

DIFÍCIL

				4	8		3
	8			3	5		4
7			6				
2				1		5	
					2		1
				8			3
9		5			3		7
		7					
1							9
						9	8

FÁCIL

			3	9	5			1
		3	1	6		2		
	5	1					9	
	8	6						
			5					7
	2			3	8	5	1	
					4			
						7	2	
		8		1	6			

DIFÍCIL



NOTÍCIAS PESSOAIS

NOMEAÇÕES

COM M João Pedro Alves de Brito Monteiro da Silva, Subdiretor de Navios • CMG Paulo Jorge Lourenço Afonso, Diretor de Serviços de Planeamento Estratégico de Defesa • CFR M Paulo Miguel Faria, Capitão do Porto de Aveiro • CFR AN Jorge Carlos Lopes Ribeiro, para integrar o Gabinete de Ligação da Marinha Junto do «*Naval Supply Systems Command – Weapon Systems Support* (NAVSUP-WSS)» • 1TEN M João Pedro Ferreira dos Santos Bica, Comandante do NRP *Centauro* • 1TEN M Pedro André Alves do Vale Marques, Comandante do NRP *Zaire* • 2TEN FZ Rúben Alexandre Gomes Parreira, Comandante do Destacamento de Apoio de Serviços em Combate.

REFORMA

CALM MN José Manuel Jesus Silva • CMG SEP Gilberto Lourenço Rosa Ferreira • 2TEN TS João Carlos Gil Mendes • SMOR C Francisco José Gonçalves Gavancho • SMOR M João Paulo Rodrigues Fernandes Chaves • SMOR MQ Jorge Manuel Neto Pereira.

FALECIDOS

70350 CMG EMQ REF Manuel João Duarte Cristiano Casquinho • 19352 CMG M REF Sérgio M REF Sérgio Augusto Vicente Ribeiro Zilhão • 62863 CMG MN REF Raúl Eduardo Vieira dos Santos • 28558 CMG M REF Carlos Alberto Fernandes Maia • 372754 1TEN OTS REF João Martins André • 866260 1TEN OTT REF Joaquim Fernando Malveiro • 414056 1TEN OTS REF Aníbal Pinto da Cunha • 148765 SMOR L REF Vítor Manuel Matos Navalho • 431056 SMOR A REF Vítor Ramalho Teodoro • 2565 SCH TF REF Fernando de Jesus da Costa • 853162 SCH A REF António Valente Martins • 197473 1SAR M REF Adílio Rosa dos Santos • 249450 SAJ M REF Luciano Luís • 355854 SAJ US REF Anacleto José Mourinha Ferrão • 283651 SAJ SE REF Eduardo Ambrósio de Sousa Tomás • 217849 SAJ CM REF Mário Gonçalves Vaz • 450357 SAJ FZ REF João Carvalho de Moura • 460457 SAJ M REF Alexandre da Silva Louzeiro • 287552 SAJ TF REF José Manuel Periquito • 211350 1SAR H REF Manuel Rodrigues • 100073 1SAR CM REF João Ferreira de Figueiredo • 457457 CAB A REF António Paulo Fernandes • 479357 CAB FZE REF Francisco Maria Redondo Búzio • 935462 1MAR FZ EQM-PIV REF António Rebelo Heliodoro • 31000782 AG 1CL PM APO Alberto Reis Fernandes.

agenda
Cultural
MarinhaAQUÁRIO VASCO
DA GAMABANDA
DA ARMADABIBLIOTECA CENTRAL
DE MARINHAFRAGATA
D. FERNANDO II
E GLÓRIAMUSEU
DE MARINHAPLANETÁRIO
DE MARINHA

MARÇO

16h00

Atuação do grupo de Dixieland da Banda da Armada na BTL

DOM
01

11h00

Concerto da Banda da Armada no Museu de Marinha – Pavilhão das Galeotas, inserido no Estágio Técnico Militar – Música

DOM
08

16h30

Concerto do Quinteto de Sopros da Banda da Armada na Igreja de Nossa Senhora dos Anjos – Fajã de Baixo, Ponta Delgada, inserido na Homenagem ao 1MAR M Matos Arruda da Guarnição de 1987 do NRP António Enes

SAB
14

21h30

Concerto da Banda da Armada no Claustro Sul do Real Palácio de Mafra, inserido na itinerância da exposição “Iconografia Musical nas Igrejas e Capelas do Funchal”

SAB
28BANDA
DA ARMADA



MEMÓRIAS DO TEJO



Óleo sobre lâmina de cobre 30 x 40 cm | Artista Plástico Abraham Levy Lima

NAU NOSSA SENHORA DAS BROTAS

Construída em 1751 em Lisboa, a nau *Nossa Senhora das Brotas* foi uma embarcação de grande importância na defesa das rotas marítimas portuguesas. Participou em diversas missões no norte da África nomeadamente contra os piratas e forças francesas, garantindo a segurança das frotas comerciais. Integrou a escolta de navios que transportavam riquezas e mercadorias entre Portugal e o Brasil.

A nau simboliza a força naval portuguesa do Séc. XVIII, destacando-se pela sua resistência e pelo seu papel estratégico na proteção das rotas comerciais e na manutenção da soberania marítima do país. Usada pelos portugueses nas Grandes Navegações para longas viagens comerciais e de guerra, era caracterizada pelos seus castelos na proa e popa, com múltiplos mastros (geralmente três) e de grande capacidade de carga e artilharia, sendo fundamental para a expansão marítima.

NAUS de PEDRA em LISBOA



Situada na:

R. Capitão Afonso Pala 7,
Lisboa

